

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

Victor Tavares de Souza Lopes

**EMPREENDEDORISMO JURÍDICO À LUZ DA MULTIDISCIPLINARIEDADE
VIVENCIADA POR MEIO DA EXTENSÃO ACADÊMICA:** relato do Projeto “Desafio
Cesupa”, no NIEJ, no período de 2015 a 2017

Belém

2018

Victor Tavares de Souza Lopes

**EMPREENDEDORISMO JURÍDICO À LUZ DA MULTIDISCIPLINARIEDADE
VIVENCIADA POR MEIO DA EXTENSÃO ACADÊMICA: relato do Projeto “Desafio
Cesupa”, no NIEJ, no período de 2015 a 2017**

Trabalho de conclusão de curso na modalidade relato de extensão apresentado como requisito parcial da obtenção do grau de bacharel em direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará, sob a orientação da Professora Ma. Rafaela Teixeira Sena Neves.

Belém

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do Cesupa, Belém – PA

Lopes, Victor Tavares de Souza.

Empreendedorismo jurídico à luz da multidisciplinariedade vivenciada por meio da extensão acadêmica : relato do Projeto “Desafio Cesupa”, no NIEJ, no período de 2015 a 2017 / Victor Tavares de Souza Lopes; orientadora Rafaela Teixeira Sena Neves .– 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro Universitário do Estado do Pará, Curso de Direito, Belém, 2018.

1. Empreendedorismo. 2. Extensão universitária. 3. Ensino superior.
I. Neves, Rafaela Teixeira Sena. *orient.* II. Título.

CDD 23. ed. 342.22

Victor Tavares de Souza Lopes

**EMPREENDEDORISMO JURÍDICO À LUZ DA MULTIDISCIPLINARIEDADE
VIVENCIADA POR MEIO DA EXTENSÃO ACADÊMICA: relato de extensão**

Relato de Extensão apresentado na disciplina de Apresentação de Elaboração de Trabalho de Conclusão, do grau de bacharel em direito, do curso de direito, do Centro Universitário do Estado do Pará, área das ciências sociais aplicadas.

Data da aprovação: ___/___/___

Banca examinadora:

Professora Ma. Rafaela Teixeira Sena Neves

Centro Universitário do Estado do Pará

Avaliador (a):

Centro Universitário do Estado do Pará

Belém

2018

AGRADECIMENTOS

Àquele que um dia me disse: “Tenho-vos dito isto, para que em mim tenhais paz; no mundo tereis aflições, mas tende bom ânimo, eu venci o mundo” (João 16:33), pois, apesar das inúmeras dificuldades vivenciadas ao longo desta árdua jornada chamada graduação, deu-me forças, coragem, sabedoria e ânimo para continuar, mesmo nos momentos em que tudo parecia perdido. A Ele, por Seu imenso amor e pela Sua infinita misericórdia, sou grato!

Aos meus amados familiares que, direta e/ou indiretamente, foram essenciais nesta caminhada, especialmente, ao meu pai Ronaldo, à minha mãe Claudeci (*in memoriam*) e às minhas irmãs Viviane e Viviellen.

Aos amigos, colegas e companheiros de curso (e da vida), que fizeram este percurso ser menos cansativo, exaustivo e desanimador. Sem dúvidas, sem vocês, tudo teria sido mais difícil. Foi um trabalho em equipe – muitas vezes mais individual do que em grupo, é verdade –, mas que hoje, olhando para trás e vendo o que foi plantado, dá orgulho e alegria.

Ao Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores (NIEJ), espaço que me acolheu e que me acompanhou do primeiro ao último semestre do curso; foi neste núcleo que pude vivenciar as melhores experiências no âmbito da extensão universitária; foi através desta organização que pude desenvolver habilidades, competências e atitudes as quais me acompanharão por toda a vida. Gratidão a todos os gestores deste núcleo, que transforma sonhos em realidade! Encerro minha jornada na graduação com a plena convicção de que o meu profissionalismo é devido, em grande parte, ao NIEJ.

À minha professora e orientadora Rafaela Teixeira Sena Neves, a quem devo minha imensa gratidão, primeiramente, por ter estendido a mão no momento em que me vi totalmente perdido quanto à escolha de um tema; pelo empenho e pela competência com que conduziu as orientações deste relato; pela paciência demonstrada ao longo destes meses de construção desta análise e pela contribuição para a minha formação acadêmico-profissional.

Aos professores Rafael Boulhosa, Fransuze Oliveira e Elza Dantas, por toda a liberalidade com que se dispuseram a ajudar nesta pesquisa, pois, sem as relevantes informações prestadas, a concretização deste relato de extensão certamente não teria sido possível.

“A extensão não é o único caminho para se ensinar o conhecimento, mas, para mim, ela é o melhor”

RESUMO

A partir dos conceitos de inovação no ensino superior, extensão universitária, aprendizagem significativa e empreendedorismo jurídico, a presente pesquisa tem por escopo narrar e analisar, com base na experiência prática vivenciada em atividade de extensão acadêmica no CESUPA, no período de dois anos – 2015 a 2017 –, como integrante e como coordenador do projeto Desafio Cesupa – que tem como objetivo fomentar o empreendedorismo em alunos de escolas do ensino médio do estado do Pará –, do Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores (NIEJ), a relevância e os ganhos – pessoais e profissionais – inerentes à vida daqueles que se dispõem a imergir no desafiador universo da extensão universitária. Em razão das atuais exigências mercadológicas por profissionais que, diante das constantes mudanças pelas quais passa a sociedade, além do conhecimento técnico, possuam habilidades, competências e atitudes essenciais à efetiva formação profissional, este relato revelou que a extensão acadêmica foi o mais efetivo meio de proporcionar ganhos como capacidade de falar em público e de liderar, inteligência emocional, inovação na elaboração de peças jurídicas e expansão da rede de contatos.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Inovação. Aprendizagem significativa. Extensão acadêmica. Multidisciplinariedade.

ABSTRACT

From the innovation concepts in the higher education, the current research has the objective to narrate and analyse, with basis on practical life experiences acquired during the academic extension programme at CESUPA, in the period of two years – 2015 to 2017. As a member and coordinator of the Project “Desafio Cesupa” – a programme that aims to foster entrepreneurship in students from middle schools in the State of Pará –, from the “Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores (NIEJ)”. The relevance and wins – personal and professional – inherent to the life of those whom put themselves through the challenging universe of extended university roles. Due to the demands of the Market, professionals with skills, attitudes and technical knowledge have become necessary due to the constant changes that society suffers. Thus, this report demonstrated that academic extension was the most effective way to provide gains such as: ability to speak in public, lead, acquire emotional intelligence, innovation in the elaboration of legal pieces and networking.

Keywords: Entrepreneurship. Innovation. Meaningful learning. Extension. Multidisciplinarity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEMEC – Centro de Especialidades Médicas

CESUPA – Centro Universitário do Estado do Pará

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Físicas

CODEX – Coordenação de Extensão

CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

COOGRADE – Coordenação de Graduação

ICBT – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica

IES – Instituição de Ensino Superior

LAC – Laboratório de Análises Clínicas

LAN – Laboratório de Avaliação Nutricional

NIEJ – Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores

NPCON – Núcleo de Prática Contábil

NPJ – Núcleo de Prática Jurídica

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

RIT – Rede de Ideias e Talentos

SIM – Serviço de Informação de Medicamentos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A EXTENSÃO ACADÊMICA COMO IMPORTANTE FERRAMENTA DE INOVAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR.....	12
2.1 Inovação no ensino superior: uma nova forma de transmissão do conhecimento.....	12
2.2 A extensão como ferramenta de inovação na esfera do CESUPA.....	17
2.3 Histórico do NIEJ.....	22
3 RELATO DE EXTENSÃO FUNDADO NA EXPERIÊNCIA MULTIDISCIPLINAR VIVENCIADA NO NIEJ.....	25
3.1 Discentes do curso de Direito no NIEJ.....	25
3.2 Projeto Desafio Cesupa: funcionamento, objetivos e relevância.....	28
3.3 Atividades desenvolvidas e ganhos pessoais/profissionais.....	33
3.4 Dificuldades enfrentadas durante a jornada.....	39
4 CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE(S).....	47
APÊNDICE I – Lista de premiações recebidas pelo NIEJ.....	47
APÊNDICE II – Depoimento fornecido pelo professor Rafael Boulhosa e termo de autorização para uso de imagem e depoimento.....	51
APÊNDICE III – Termos de Declarações.....	58

INTRODUÇÃO

Com base no Texto Constitucional de República de 1988¹, os pilares que compõem as instituições universitárias são o ensino, a pesquisa e a extensão. Ensino é a transmissão de um conhecimento técnico e informacional, por um docente, com o objetivo de difusão de uma mensagem. Por sua vez, pesquisa é a possibilidade de aplicação e/ou de desenvolvimento de novos conceitos baseados nos conhecimentos advindos do ensino. Já a extensão é a aplicação direta do conhecimento adquirido nas duas fases anteriores, auxiliando na melhoria da sociedade e na concretização de experiências extracurriculares (RJ. UFF, 2018).

Para Zabalza (2004), o crescimento e o aperfeiçoamento dos indivíduos são as principais funções da universidade, de modo que a missão formativa dessas instituições de ensino deveria, para além de englobar o conhecimento técnico/teórico, compreender novas possibilidades de desenvolvimento pessoal, de novas habilidades e de novos valores e atitudes – tendo-se por finalidade a ampliação das experiências vivenciadas pelas pessoas.

Com base nestas premissas, as instituições de ensino superior (IES) devem proporcionar aos alunos uma formação geral, ou seja, uma formação multidisciplinar, constituída de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes, características relevantes para a formação científica, cultural e profissional do estudante, levando-se em consideração que tais instituições devem se preocupar com o aluno que estão formando, isto é, enxergando cada discente como potencial agente de mudança social.

No entanto, tem sido recorrente a denúncia de que tais entidades acadêmicas não vêm atendendo, de forma eficaz, a essa formação geral, ocasionando, como consequência lógica, o comprometimento do aprendizado do discente – o qual, numa visão moderna, deveria estar pautado em conceitos como “aprendizagem significativa”, ou seja, dar significado prático àquele conhecimento teórico fomentado nas salas de aula e “inovação no ensino superior”, isto é, só se tem o respeito à formação geral se houver uma ruptura no atual modelo de estruturas curriculares que predomina nas universidades brasileiras (KELLER-FRANCO, 2012).

No âmbito do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) pode-se verificar, ao analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), uma forte tendência na direção

¹Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

do que ponderou Zabalza, isso porque o perfil institucional desta instituição universitária, por meio do seu projeto pedagógico, tende à concepção de ensino, aprendizagem, currículo e metodologia baseados na experiência de aprendizagem significativa.

Ainda nesta perspectiva, evidencia-se que o CESUPA estabelece, por meio do Programa de Ampliação e Fortalecimento de Serviços Especializados, uma política de extensão cujo objetivo é a contribuição para a inclusão e para o fortalecimento econômico e social da região amazônica, por meio de projetos e atividades descentralizadas; no que se refere aos discentes do curso de direito, dois programas dessa política extensionista merecem destaque, a dizer, o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e, especialmente, o Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores (NIEJ).

O NPJ segue uma linha da formação educacional inclusiva, na medida em que funciona como um importante espaço no qual os alunos do curso de direito podem conciliar conhecimento técnico e prática jurídica (por meio de atendimentos jurídicos semanais, gratuitos, à população de baixa renda).

O NIEJ, por sua vez, está alicerçado no pilar empreendedorismo-ensinoresponsabilidade social, bem como na ideia de aprendizagem por projetos, o que propicia aos alunos (não apenas do curso de direito) experiências multidisciplinares, essenciais à sua formação pessoal e profissional.

Diante destas importantes análises, e considerando a necessidade de reflexões acerca da temática, pouco debatida e difundida no âmbito jurídico-acadêmico interno, o presente relato de extensão tem por objetivo tecer considerações no tocante à experiência prática vivenciada por mim, no âmbito do NIEJ, como integrante (coordenador jurídico) e coordenador geral de um dos projetos de extensão do núcleo, o Desafio Cesupa, entre os anos de 2015 e 2017.

Para tanto, no primeiro capítulo, expõe-se a extensão universitária no âmbito do CESUPA, tendo por base alguns documentos institucionais que versam sobre a temática, a exemplo do PDI (quinquênio 2016-2020) e do Regimento Geral desta instituição.

Em seguida, tendo como suporte a obra “Inovação no Ensino Superior”, do professor Marcos Masetto (2012), são expostas importantes lições referentes à temática em foco, objetivando esclarecer a real importância das atividades multidisciplinares, relacionadas à extensão universitária, na formação geral do alunos, sobretudo aos discentes do curso de direito.

Por fim, será exposta a experiência prática vivenciada com a extensão universitária no NIEJ, demonstrando, para além do histórico e das atividades nele desenvolvidas, os ganhos, os desafios, as dificuldades e os benefícios advindos dessa experiência, seja na seara pessoal, seja na profissional – à luz dos conceitos de aprendizagem significativa, multidisciplinariedade e empreendedorismo jurídico, ressaltando-se a importância dessas vivências na minha formação pessoal e profissional.

Espera-se, por meio deste trabalho, incentivar (e despertar) o interesse pela área do empreendedorismo jurídico, tendo em vista que a formação multidisciplinar, associada ao desenvolvimento geral do aluno, em que pese ser um dever das instituições acadêmicas de ensino, só se concretiza diante de um esforço incansável na busca pela promoção das atividades de extensão acadêmicas.

2 A EXTENSÃO ACADÊMICA COMO IMPORTANTE FERRAMENTA DE INOVAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Para que haja a efetiva formação do aluno faz-se imprescindível a possibilidade de junção dos conhecimentos teórico (adquirido, especialmente, por meio do ensino nas salas de aula) e prático (em grande parte proveniente da extensão acadêmica, que é a possibilidade de aplicação direta do conhecimento resultante do ensino e da pesquisa).

Essas reflexões, no entanto, estão diretamente relacionadas às funções e ao papel das universidades e do próprio ensino superior no atual contexto globalizado. Tecendo reflexões sobre isso, Fávero (2006) aponta que, no Brasil, há duas correntes: uma defende que as universidades têm por objetivo o desenvolvimento da pesquisa científica e o interesse mercadológico de formar profissionais e outra entende que cabe às universidades a responsabilidade prioritária de preocupação com a formação profissional do aluno.

Na visão da autora, ainda, há uma terceira corrente que poderia representar um desdobramento da primeira corrente, a qual defende que a universidade deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova.

Diante destas ponderações, o objetivo deste capítulo é mostrar que a função destas instituições de ensino superior (ies) e, também do próprio ensino superior, vai além da perspectiva mercadológica por profissionais competentes e qualificados.

Antes disso, a formação técnica acadêmica dos profissionais deve estar relacionada a uma função social, a dizer, o auxílio na melhoria da sociedade como um todo – e este processo é favorecido por meio da extensão acadêmica que, por meio da concretização de experiências extracurriculares multidisciplinares, faz do aluno um potencial agente de mudança social, uma vez que ele desenvolverá elementos como criticidade, liderança, relacionamentos interpessoais, inteligência emocional e autoestima.

2.1 INOVAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: uma nova forma de transmissão do conhecimento

Não foi incomum, ao longo da graduação, ouvir de companheiros do curso de direito questionamentos como “é mesmo necessário aprender esse conteúdo?; isso cairá na prova?; esse conteúdo é muito abstrato, como vou vê-lo na prática?”; tais questionamentos são exemplos práticos de que, cada vez mais, os indivíduos necessitam dar sentido àquilo

que estão aprendendo, ou seja, as pessoas precisam compreender o que estão vendo e ouvindo para, então, aprender e internalizar o conhecimento.

Diante disto, e considerando que a sociedade (e o próprio direito) passam por mudanças constantes, o tratamento dado ao conhecimento, à pesquisa e à extensão exige inovações expressivas, de modo que o ensino superior, em seu papel de formador de profissionais, igualmente, seja reinventado, vez que ensinar significa mais do que transmitir conhecimento; significa repassar informações, as quais são provenientes das mais diversas experiências interdisciplinares.

No direito, por exemplo, esse repasse pode vir das salas de aula, dos laboratórios de pesquisa, dos núcleos de práticas jurídicas, das visitas dirigidas a órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dos atendimentos e prestações de serviços jurídicos à população, de consultorias.

Segundo aponta Masetto (2012), a inovação educacional surge como resultado de um dado contexto social tendente ao estabelecimento de novas formas de se pensar e estabelecer o conhecimento através do saber interdisciplinar, o qual se mostra incompatível com os atuais (e fragmentados) modelos de propagação do ensino, pautados, em sua maioria, no conhecimento reproduzido nas salas de aula, que faz do aluno um mero repetidor de conceitos e pensamentos.

Trazendo uma definição de inovação no ensino superior, o autor compreende que se trata de um:

[...] conjunto de decisões, intervenções e processos orientados por uma intencionalidade que se preocupa com aprendizagens para modificar atitudes de professores e alunos, conteúdos, valores, currículo, práticas pedagógicas, materiais e estratégias de aprendizagem, dinâmica da classe e, por fim, escola. Tudo isso dentro de um novo planejamento estratégico (MASETTO, 2012, p. 18).

Inegavelmente, quando se tem um projeto pedagógico solidificado na ideia de inovação educacional, com vistas à melhor e à mais efetiva forma de transmissão do conhecimento ao estudante, tão logo se faz necessário enxergar o tripé ensino-pesquisa-extensão sob um patamar inovador, isto é, interligado às ideias de multidisciplinariedade e interdisciplinaridade.

O conceito de multidisciplinariedade deve ser entendido como um conjunto de disciplinas e atividades estudadas de maneira não-linear entre si, isto é, a grosso modo

seriam várias disciplinas correlacionadas (como ocorre nos ensinamentos infantil, básico e médio). Esse processo objetiva a construção de uma base sólida, permitindo assim um conhecimento que, embora não seja especializado, é polivalente e eclético, possibilitando com que o aluno possua respostas variadas a problemas igualmente diversos.

Por sua vez, a interdisciplinaridade tende ao repasse do conhecimento de forma correlata, de modo que as disciplinas estudadas estejam entre si vinculadas, permitindo um estudo mais isolado, o surgimento de novas disciplinas ou novas áreas do conhecimento na mesma vertente (isso ocorre nos cursos do ensino superior, a exemplo do direito).

Ambos os processos de estudo, são válidos para a formação intelectual do indivíduo. O que é importante levar em consideração é alguma inclinação ou predisposição à determinado método de estudo, em geral o multidisciplinar possui um caráter mais lúdico que eventualmente permite a escolha de um processo interdisciplinar (PORTAL EDUCAÇÃO, 2018).

Esta análise reporta-se importante porque, diante das novas exigências mercadológicas por profissionais cada vez mais completos (no sentido de não estarem limitados apenas à sua área de formação), são exigidas inovações no ensino superior, pondo-se em evidência uma crise nas carreiras profissionais, quer dizer, perguntas como “o que, de fato, deve ser ensinado aos alunos em sala de aula?; o que o aluno, realmente, precisa aprender para se tornar um profissional qualificado e diferenciado?; quais os novos perfis profissionais que o mercado exige?; quais características são mais relevantes? ou, ainda, qual o papel de cada uma das profissões na sociedade?” tornam-se basilares (MASETTO, 2012).

Sobre isso é importante tecer algumas reflexões.

Muito embora a maioria das grades curriculares dos cursos superiores jurídicos exija, precipuamente, o conhecimento técnico-científico (aquele repassado em sala de aula, em que o aluno é meramente ouvinte das análises do próprio docente acerca do objeto ministrado na aula) como requisito basilar para a formação profissional, observa-se que, atualmente, são exigidas (e esperadas) do aluno qualidades que vão além do domínio desse conhecimento.

O aluno quando inicia a prática do estágio (seja ele obrigatório ou não) percebe que não basta possuir o domínio do direito material e/ou do processual – aprendido nas intermináveis teorias do direito civil, do processo civil ou do direito penal, a exemplo; ao revés, ele precisa dominar outras habilidades e competências com as quais, na maioria das

vezes, tem pouco (ou nenhum) contato na sala de aula, como capacidade de trabalhar em equipe, poder de persuasão, saber lidar com críticas (inclusive aquelas relacionadas à ausência de domínio das normas de gramática, ortografia e pontuação da língua portuguesa), de se comunicar, de usar línguas estrangeiras, de dominar recursos de informática, de gerir equipes, de ser criativo quando da elaboração de novas teses e novos argumentos jurídicos a serem abordados nas peças processuais, de pesquisar para inovar.

Isto quer dizer que aquelas perguntas passam a ser, gradativamente, respondidas pelo próprio aluno, que passa a se questionar acerca da forma como o conhecimento está lhe sendo repassado; ele mesmo tende a cobrar do seu professor novas formas de transmitir o conteúdo, novas maneiras de ser avaliado, atividades mais práticas do que teóricas (como elaboração de contratos e outras peças processuais); enfim, passa a desejar maneiras inovadoras de gestão e planejamento pedagógico cujo objetivo seja ensinar para entender e, com isso, aprender.

A inovação provocada por reflexões relativas ao papel e à missão das universidades na atualidade é outro importante ponto de destaque. Neste cenário, a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação (1998), mostra-se como um salutar elemento de análise quanto à matéria, pois destaca, dentre outros elementos, a função ética e a necessidade de a educação superior fortalecer a cooperação com o mercado de trabalho por meio da formação qualificada de cidadãos conscientes de suas responsabilidades na sociedade.

Além disso, em conformidade com os ensinamentos de Masetto (2012), outras noções vêm se apresentando como indicadoras de mudanças paradigmáticas no ensino superior e na forma de transmissão do conhecimento, posto que envolvem concepções inerentes a esse sistema. Leia-se:

O processo de ensino vem sendo repensado para que seja dada ênfase ao desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos [ideia de aprendizagem significativa], à construção do conhecimento desde a busca da informação até a elaboração de um pensamento próprio e a produção de texto que reflita esse processo, ao desenvolvimento de habilidades e competências pessoais e profissionais, à aquisição de valores éticos, sociais e políticos contidos nas discussões dos problemas técnicos (MASETTO, 2012, p. 26).

Observa-se, portanto, que a organização curricular de um projeto pedagógico inovador, na atualidade, deve levar em consideração a preocupação com a formação profissional do aluno (numa perspectiva ampla), com a aquisição e a aplicação do

conhecimento em níveis que vão além das abordagens meramente técnicas e das discussões atinentes às salas de aula.

Tal fato é devido em razão de as novas organizações curriculares fundarem-se na vivência das experiências problematizadoras e integradoras do conhecimento, isto é, deve-se explorar o ensino, a pesquisa e a extensão à luz da formação multidisciplinar, contemplando o diálogo entre as distintas áreas do conhecimento com as habilidades e competências humanas e profissionais necessárias à formação geral – como o “desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos como a competência, a ética, a política, o profissionalismo vinculado à cidadania e ao desenvolvimento pessoal.” (MASETTO, 2012, p. 26)

Importante esclarecer que projetar a organização de um projeto curricular inovador torna-se inviável se baseado apenas em métodos tradicionais de ensino, como aulas expositivas e teóricas, pois o interesse está tão somente na transmissão de informações.

Logo, conforme aduz Masetto (2012), a substituição dessas formas de ensino por metodologias ativas e participativas, por técnicas e recursos que favoreçam o alcance dos objetivos educacionais, que motivem o aluno a aprender e incentivem sua participação no processo de aprendizagem é elementar.

Finalmente, nessa perspectiva, merece menção o papel do professor, como profissional da educação, ante à referida estrutura engessada na qual se insere a maior parte do ensino superior brasileiro, alicerçada em formações curriculares tradicionais e pouco flexíveis, já que se torna incompatível conceber projetos inovadores de ensino se os principais agentes difusores do conhecimento não estiverem, de fato, envolvidos nesse rompimento de paradigmas.

Destacam-se alguns fatores, presentes no corpo docente, que embaraçam a realização de projetos inovadores, a dizer:

[...] debilidade das relações interpessoais, ausência de compromisso e de planejamento, aplicação descontextualizada da inovação, resistências, rotinas, individualismos e corporativismo, pessimismo e mal-estar docente. (HERNANDES, 2000 *apud* MASETTO, 2012, p. 32).

O período de rompimento de barreiras, como seria este caso de práticas inovadoras no ensino, apesar de não ser fácil e de representar um grande desafio, sobretudo ao docente do curso de direito, requer um esforço comum e conjunto por parte daqueles que estão

envolvidos nesse projeto (instituição, docente, discente e comunidade). É necessário, quanto ao docente, que ele esteja disposto a inovar, que ele tenha coragem, criatividade, destemor, compromisso, participação e, principalmente, disposição em mudar atitudes, culturas e crenças.

Aliás, tais características reforçam a ideia de que o tempo do direito não é o mesmo da sociedade, pois esta avança a passos muito mais largos, e se o direito não acompanhar tais modificações sociais, certamente, o seu ideal de justiça social (atender aos anseios da sociedade por meio das disposições legais, jurisprudenciais e doutrinárias) será comprometido, o que evidencia a mencionada crise nas carreiras jurídicas – isto é, qual a finalidade de estudar e ser aprovado em um concurso nas carreiras de magistratura, defensoria pública, promotor de justiça, delegado de polícia e outras, se a própria instituição jurídica não consegue dar respostas convincentes às questões sociais, por estar imersa em um universo arcaico e engessado de teorias, dogmas, valores e culturas.

Mister é salientar, quanto a esta análise, que não se está aqui a defender o total rompimento com formas tradicionais de propagação do ensino (conhecimento técnico reproduzido em salas de aula), uma vez que toda e qualquer mudança necessita do elemento temporal para se solidificar, mas tão somente a real necessidade de que formas pedagógicas inovadoras de ensino, tendentes a dar significado ao conhecimento técnico, associando-o a formas práticas, criativas, atraentes aos alunos e que os façam vivenciar, ao longo de toda a graduação, experiências multidisciplinares (e não apenas transdisciplinares) de aprendizagens façam-se presentes na grade curricular.

2.2 A EXTENSÃO COMO FERRAMENTA DE INOVAÇÃO NA ESFERA DO CESUPA

A extensão acadêmica revela-se como a mais efetiva maneira de garantir a formação geral e integral do aluno, uma vez que consegue abarcar o mais diversificado aparato de atividades multidisciplinares, essenciais ao desenvolvimento pessoal e profissional do estudante.

No CESUPA, os conceitos de inovação e extensão tem caminhado conjuntamente, revelando-se como elementares ferramentas na formação do discente, de modo que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – documento que traça as diretrizes norteadoras das políticas pedagógicas e institucionais desta organização, referente ao quinquênio 2016-

2020 – define a inovação acadêmica como elemento fundante de novas e efetivas oportunidades de aprendizagem aos alunos, mediante o uso de metodologias ativas de ensino e de tecnologias educacionais empreendedoras.

Destarte, a identidade desta ies está marcada pela inovação, e isto desde a sua fundação, aos 01/10/1996, tanto é que o próprio estatuto interno, em seu artigo 3º, estabelece as finalidades desta instituição². Demais disso, as relações e os compromissos do CESUPA com a comunidade estariam demonstrados mediante a definição dos objetivos institucionais, constantes no Art. 3º do seu Estatuto, que incluem na alínea “c” a extensão universitária como destaque.

Veja-se:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
 - II. ministrar o ensino superior nos diferentes campos do conhecimento humano;
 - III. formar técnicos, profissionais e especialistas, indispensáveis ao desenvolvimento científico e filosófico, sócio-cultural e econômico do país;
 - IV. contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico mediante pesquisas e atividades que promovam a descoberta e a inovação do conhecimento;
 - V. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
 - VI. interagir com a comunidade, como organismo de assessoramento, de consulta e de prestação de serviços;
 - VII. incentivar o intercâmbio com instituições de ensino, de pesquisa e de cultura, no país e no exterior;
 - VIII. colaborar no esforço do desenvolvimento do País, articulando-se com os poderes públicos e com a iniciativa privada para o estudo de problemas em âmbito regional e nacional.
- c) o desenvolvimento da extensão sob a forma de cursos, prestação de serviços, consultoria, assessoria e outras modalidades de ação extensionista;

À par destas informações iniciais e nesta contínua perspectiva de respeito à formação geral do discente – tendo por base o artigo 270 da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão –, o CESUPA possui, em sua estrutura organizacional administrativa, um órgão de natureza normativa, consultiva e de deliberação superior em matéria de ensino, de pesquisa e de extensão – CONSEPE.

² Nas lições de Sérgio Fiuza de Mello Mendes, Vice-Reitor do CESUPA.

Este órgão é constituído pelo Reitor da instituição (presidente); pelo Vice-Reitor; pelos Pró-Reitores de Graduação e Extensão, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Desenvolvimento

Tecnológico e de Administração; pelos Coordenadores de Graduação, de Extensão, de PósGraduação, de Pesquisa e de Desenvolvimento Tecnológico; por 4 (quatro) Coordenadores de Cursos de Graduação, eleitos para mandato de 2 (dois) anos e por 1 (um) representante do corpo discente, indicado pelo órgão de representação estudantil, para mandato de 2 (dois) anos. (PDI, 2016)

Continuamente, verifica-se que o CESUPA, seguindo a tendência global de adaptações às grades curriculares, assume a perspectiva pluralista e integradora do seu projeto educacional, de modo a transpor a dicotomia formação geral (aquela alicerçada na visão multidisciplinar, cujas dimensões entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia revelem-se indissociáveis) versus formação específica (assentada na visão interdisciplinar, de formação por áreas específicas e isoladas do conhecimento) posto que a ideia de associação no ensino envolve aspectos que tangem à integração da teoria à prática, à integração ensino-serviço e à integração disciplinar.

Nesta linha, mister é destacar a política de extensão da instituição, a qual está alicerçada em programas, projetos e atividades que objetivam “a contribuição para a inclusão e o desenvolvimento econômico e social da região por meio das atividades nas unidades de ensino e serviço e da realização de cursos, eventos e projetos comunitários”, sendo eles: Programa de Ações Comunitárias (objetiva garantir a participação dos discentes e docentes dos diversos cursos ofertados na instituição em projetos sociais realizados no Pará, contribuindo nas formações técnica e humanística dos alunos e na melhoria da sociedade), Programa de Ações Acadêmico-Profissionais (realização de programas referentes a cada um dos cursos, como semanas e jornadas acadêmicas e palestras sobre o mercado de trabalho), Programa de Ações Esportivas e Culturais (objetiva o fomento às práticas esportivas e culturais no âmbito da universidade, por meio do Núcleo de Esporte), Programa de Integração com o Ensino Básico (advindos de ações institucionais tendentes à interação dos alunos do ensino básico/médio com as atividades acadêmicas desenvolvidas pelo CESUPA através dos projetos “De olho no futuro” e “Dia C”) e Programa de Ampliação e Fortalecimento de Serviços Especializados (busca a prestação de serviços à comunidade, integrando atividades de ensino e extensão, envolvendo estudantes e professores de diversos cursos da instituição).

Neste último programa estão inseridos micro programas relativos às áreas de Ciências Ambientais Biológicas e da Saúde, Exatas e Sociais Aplicadas, quais sejam: Laboratório de Análises Clínicas (LAC), Farmácia-Escola, Serviço de Informação de Medicamentos (SIM), Central de Analítica de Medicamentos, Clínica Odontológica, Clínica de Fisioterapia, Laboratório de Avaliação Nutricional (LAN), Centro de Especialidades Médicas (CEMEC), Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), Núcleo de Prática Contábil (NPCON), Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores (NIEJ), Agência Escola (STORM) e Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (ICBT).

Nas palavras do professor Rafael Lobato de Mattos e Boulhosa³, ex-Coordenador da Coordenação de Extensão do CESUPA-CODEX⁴ – que tem como intento promover programas de extensão integrados ao ensino e à pesquisa/iniciação científica – e atual Coordenador da Central de Comunicação e Marketing do CESUPA, extensão é entendida como sendo:

A própria materialização do ensino, pois representa a prática do que é aprendido em sala de aula, ou seja, permite com que o aluno aplique os conhecimentos adquiridos em sala de aula, favorecendo a memorização e a materialização desse conhecimento, até porque, se isso não for exercitado, além de o conhecimento cair em desuso e o aluno começar a questionar a veracidade da importância de se estar aprendendo aquele conteúdo, ele (aluno) não se sentirá seguro para utilizar esse conhecimento na vida pessoal e profissional.

Segurança de que o conteúdo aprendido tem utilidade e de que o aluno é capaz de fazer uso desse conhecimento – primeiro elemento essencial à extensão. Outro elemento importante da extensão: toda organização, seja pública ou privada, tem uma função social, e com a IES não é diferente; esta tem o dever de levar conhecimento e desenvolvimento à sociedade, e não possui outro caminho para isso se não pela extensão (ao contrário da iniciação científica, que é um projeto pensado a longo prazo, por exemplo, a extensão é algo imediato, pensado e aplicado a curto prazo, pois as próprias etapas são mais efetivas e eficazes).

A terceira característica essencial é que a extensão, muito mais do que o ensino e a pesquisa, é a que melhor desenvolve aspectos de habilidades e atitudes. (BOULHOSA, Apêndice II)

O professor Boulhosa destaca ainda, em entrevista (Apêndice II), que o início das atividades de extensão no CESUPA está relacionado à ideia de empresas-júnior, que são associações civis sem fins lucrativos, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e que funcionam à base de consultorias e/ou prestação de serviços; são formadas e geridas

³ Vide Apêndice II.

⁴ A CODEX, juntamente com a Coordenação de Graduação (COOGRAD), compõe a Pró Reitoria de Graduação e Extensão do CESUPA. Foi criada em 2012; compete a ela, por exemplo, o dever de supervisionar as atividades da graduação e extensão e de zelar pelo cumprimento das políticas expressas no PDI no âmbito da graduação extensão.

por estudantes de cursos de nível superior – nesta ies havia três empresas júnior que trabalhavam separadas (basicamente nas áreas de administração, contabilidade e tecnologia da informação). Nota-se, desde já, que o início das atividades extensionistas na instituição não foi pensado para atender o curso de direito.

Para o efetivo funcionamento dessas empresas, porém, necessitava-se da busca pelo mercado, ou seja, os estudantes deveriam ir atrás dos clientes – o que, diante da insuficiente demanda, tornou inviável a manutenção pelo CESUPA deste tipo de atividade de extensão, pois ante a baixa procura pelos serviços de consultoria, os alunos não desenvolviam habilidades e competências essenciais, como por exemplo, troca de conhecimento, de *networking*, autonomia do estudante frente à tomada de decisões, desenvolvimento da comunicação oral e do fomento ao aprendizado prático.

A partir deste cenário passou-se a pensar em novas formas de extensão, tendo em vista a formação do aluno a partir da premissa de que era fundamental que eles vivenciassem um conjunto de experiências que os ajudassem a desenvolver habilidades, competências e atitudes – isso porque um bom profissional é identificado sob três características basilares, quais sejam, conhecimento técnico sobre o que faz, habilidade de fazer algo acontecer e atitude diante das dificuldades, comenta o professor.

Assim, o raciocínio das atividades de extensão no CESUPA passou a fundar-se nas habilidades e atitudes por meio da aprendizagem por projetos. Ou seja, entendeu-se que os alunos necessitavam de experiências integradoras multidisciplinares, as quais favorecessem a sua formação ampla e integral. Nesse momento, então, há o deslocamento da ideia de extensão fundada em empresa júnior para a ideia de empreendedorismo júnior, que é uma oportunidade dada ao aluno para que ele desenvolva a sua capacidade de liderança, a sua criatividade e o seu potencial para criar ideias e estratégias de gestão e marketing para empresas, tudo isso aliado às experiências práticas e à responsabilidade social – o que já remete à ideia de extensão universitária.

A partir deste cenário é que, em meados de janeiro/fevereiro de 2003, tem início as atividades do Núcleo Integrado de Empresas Júnior, hoje denominado Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores (NIEJ). Insta mencionar, neste ponto, que antes do NIEJ já existiam projetos de extensão no CESUPA – inclusive esta ies tinha um sistema de chamadas de projetos, tanto de iniciação científica como de extensão, em que se criavam os editais, os projetos eram submetidos e avaliados por um comitê e este aprovava o que seria extensão e o que seria iniciação científica.

De mais, esta transição da empresa júnior para o NIEJ teve fundamental participação dos alunos da instituição e já revela a forte tendência empreendedora que marca o surgimento das atividades do núcleo, já que foram eles (alunos), insatisfeitos com o término daquelas empresas, que levaram a proposta do NIEJ à Coordenação de Extensão do CESUPA.

2.3 NÚCLEO INTEGRADO DE EMPREENDEDORES JUNIORES (NIEJ): surgimento e objetivos

Fundado em 2003 nesta cidade de Belém, estado do Pará, o Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores (NIEJ) surgiu da necessidade observada de que os discentes, dos variados cursos de graduação ofertados no CESUPA, vivenciassem um conjunto de experiências que os ajudassem a desenvolver habilidades, competências e atitudes – entendidos na contemporaneidade como elementos primordiais a um bom profissional.

Em seus quase quinze anos de existência, o NIEJ vem se apresentando – e solidificando-se – como um meio alternativo eficaz na busca pela descentralização do tripé ensino-pesquisa-extensão, em caráter regional; isso porque possui a relevante visão de, por meio do empreendedorismo, capacitar pessoas a se auto enxergarem como potenciais elementos de transformação social, isto é, capazes de modificar (positivamente) a realidade social na qual estão inseridos (NIEJ, 2018).

Segundo Dornelas (2010) o termo empreendedorismo pode ser entendido como uma abrangência de indivíduos e de processos tendentes à transformação de ideias em oportunidades sendo que a efetiva implantação dessas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso.

A partir desta premissa, tem-se que os projetos integrantes do núcleo foram gradativamente, ao longo destes quase quinze anos, sendo implementados, com destaque para os seguintes: Sócrates (promovia a formação/imersão em modelos de gestão avançada), Desafio Cesupa (objetivava fomentar a educação empreendedora), Cesupa na minha cidade (visava à orientação profissional de pessoas carentes), Esse rio é minha rua (projeto voluntário, nos moldes de consultoria/assessoria nas áreas da saúde) e Empreendedor Universitário (almejava a competição de empreendedorismo).

Outrossim, segundo informou Rafael Boulhosa (Apêndice II), como a ideia inicial era desenvolver o empreendedorismo nos alunos por meio do desenvolvimento de

habilidades e competências que na maioria das vezes não eram aprimoradas nas salas de aula, os discentes tinham a liberdade para, querendo, integrar a equipe de um dos projetos. Logo, era uma atividade de extensão voluntária e, com isso, o NIEJ passou a ser um espaço em que o aluno tinha a liberdade de dizer o que queria fazer, tendo, nos professores orientadores, o apoio necessário para formalizar o sonho, a ideia, o caminho, a rede de *network*.

De acordo com o professor Boulhosa (Apêndice II), neste panorama, o NIEJ foi crescendo numericamente – chegando a ter cerca de 24 (vinte e quatro) projetos de extensão em funcionamento e cerca de 700 (setecentos) alunos participantes – uma experiência única no Brasil, dado que nenhuma ies no país vivenciou esta forma de atividade extensionista. Apesar do número expressivo, a participação dos alunos do curso de direito ainda não era expressiva⁵.

E, diante da impossibilidade de se trabalhar com uma vultosa quantidade de alunos, fez-se necessária uma redução desse quantitativo, diminuindo-se o número de integrantes. De acordo com o último censo do NIEJ, realizado em abril de 2018, atualmente o núcleo possui 343 (trezentos e quarenta e três membros), sendo 59 (cinquenta e nove) de direito.

Participam dos projetos alunos regularmente vinculados ao CESUPA (salvo exceções, com expressa anuência da coordenação de extensão do NIEJ), de variados cursos – Direito, Medicina, Odontologia, Administração, Ciências Contábeis, Publicidade, Marketing, Nutrição, Fisioterapia, Sistemas de Informação –, semestres e idades, o que evidencia outra característica do núcleo, qual seja, a experiência multidisciplinar vivenciada por alunos, professores orientadores e comunidade acadêmica em geral.

Atualmente, os projetos em funcionamento são: Empreendedor Universitário, Ilhas Legais, Sócrates Projeto e Sócrates Projeto Saúde, Crer&Ser, Mundo Especial, Gaia, Esse Rio É Minha Rua, Lótus, Desafio Cesupa, Rede de Ideia e Talentos (RIT), Conexão e Íris.

O núcleo conta atualmente com um total de trezentos e vinte e seis alunos, conforme censo NIEJ (2018) sendo: dez alunos do curso de administração, vinte e quatro de comunicação social publicidade e propaganda, cinquenta e oito de direito, trinta e um de enfermagem, oitenta e dois de medicina, trinta e sete do curso de fisioterapia, cinco de engenharia da computação, quinze de engenharia de produção, nove de farmácia, dezesseis de nutrição e trinta e oito discentes do curso de odontologia.

⁵ Não se tem números precisos quanto à participação destes estudantes nos primeiros anos do núcleo, pois, à época, não eram feitos censos catalográficos.

Importante destacar que por meio do NIEJ, o CESUPA recebeu algumas importantes premiações (apêndice III) em esfera nacional e internacional, sobretudo através do Santander universidades – programa do Banco Santander que “atua com investimentos no ensino, pesquisa e extensão, mobilizando toda a cadeia de valor da educação, com apoio a alunos, jovens profissionais, professores, pesquisadores, funcionários administrativos e instituições de educação superior.” (CESUPA, 2018).

Estas premiações demonstram o engajamento dos alunos na busca pela superação e pelo desenvolvimento de habilidades e atitudes pessoais, como a capacidade de falar em público, a liderança, a capacidade de trabalho em equipe e de desenvolvimento pessoal, a organização, o foco, e a capacidade de lidar com variadas atividades, uma vez que enquanto competiam, esses alunos deveriam conciliar as atividades curriculares regulares (provas, seminários, estágio).

Demais disso, evidencia-se que estas conquistas só foram possíveis a partir do desejo pessoal dos alunos de irem além dos conhecimentos que obtinham em sala de aula, ou seja, voluntariamente, perceberam que poderiam relacionar tal conhecimento a novas formas de ensino, de forma a dar sentido àquilo que era importante para eles, que os motivava e os movia.

3 RELATO DE EXTENSÃO FUNDADO NA EXPERIÊNCIA MULTIDISCIPLINAR VIVENCIADA NO NIEJ

O Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores (NIEJ) ocupa papel central quando se fala em extensão acadêmica no CESUPA e, sobretudo, quando relacionado à extensão no âmbito do curso de direito. Nota-se foi por meio do NIEJ que se constatou o maior engajamento dos discentes do curso de direito na extensão acadêmica da instituição.

Isso, certamente, não é por acaso. O núcleo representa uma grande oportunidade para que esses alunos desenvolvam e adquiram características pessoais e profissionais cada vez mais requisitadas aos profissionais dessa área do conhecimento.

3.1 DISCENTES DO CURSO DE DIREITO NO NIEJ

Atualmente, o NIEJ conta com cinquenta e oito alunos do curso de direito, conforme o último censo do núcleo, realizado em abril deste ano. Em 2014, esse número variou entre quatorze e trinta (primeiro e segundo semestres, respectivamente). Já em 2015, o quantitativo alternou entre trinta e um e quarenta e oito (primeiro e segundo semestre respectivamente). Por fim, em 2016, o quantitativo girou entre trinta e cinco e cinquenta e seis (primeiro e segundo semestre respectivamente)⁶.

No momento, nove dos projetos do núcleo comportam alunos do direito, sendo eles Lótus, Mundo Especial, Rede de Ideias e Talentos, Desafio Cesupa, Ilhas Legais, Cres&Ser, Sócrates Negócios, Íris e Gaia.

O crescente número corresponde paralelamente às novas demandas por profissionais multidisciplinares, isto é, profissionais da área jurídica que detenham, além da técnica jurídica (domínio do conhecimento técnico-científico, a exemplo da legislação e dos entendimentos sumulados, jurisprudenciais e doutrinários) as habilidades, atitudes e competências para a resolução dos variados desafios que cercam a coletividade (economia, finanças, gestão) bem como elementos como criticidade, criatividade, liderança, trabalho em equipe, humildade, técnicas de postura e oratória, entre outras.

⁶ Em 2017 não houve coleta dos dados.

Curiosa é a análise do professor Boulhosa (Apêndice II) no tocante ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), já que, como indica:

em que pese haver outras formas de extensão, a exemplo do NPJ, há que destacar que a participação neste Núcleo é obrigatória (o que, automaticamente, leva à dúvida quanto ao efetivo aprendizado). Inegável é reconhecer a importância disso, mas o aluno não teve a escolha de estar ou não lá, ao contrário do que acontece no NIEJ, em que o aluno está voluntariamente.

O NPJ é outra forma de modalidade extensionista disponível ao curso de direito. Nele, os alunos do oitavo ao décimo período do curso devem, uma vez na semana, proceder ao atendimento jurídico a pessoas de baixa renda. Isso ocorre em um ambiente externo à sala de aula, contudo, no interior da instituição.

Ressalta-se que a participação nas atividades deste núcleo é obrigatória, sob pena de decréscimo na pontuação, reprovação no semestre ou até mesmo impossibilidade de obtenção do diploma de bacharel em direito, já que tal atividade é entendida como sendo um estágio obrigatório.

Esta análise revela-se primorosa exatamente para que se possa fazer um paralelo entre ambas as formas de extensão. Não é incomum ouvir de companheiros do curso a declaração de que só vão ao NPJ porque são obrigados. Para muitos desses alunos a prática jurídica é adquirida em grande medida nos estágio não obrigatórios (aqueles sem vínculo com a ies, ou seja, que o aluno busca por vontade própria).

Percebe-se, com isso, que na verdade muitos dos alunos do curso submetem-se ao NPJ apenas por ser este um estágio obrigatório, e o pior, sob o medo das efetivas sanções. Isso, de forma alguma, corrobora com as ideias de aprendizagem significativa, inovação no ensino e empreendedorismo, pois o aluno não dá àquela atividade um real significado; ele não vê aquela atividade como potencial agregadora de valor à sua vida. Na prática, então, ele se torna mero repetidor e fazedor de tarefas, sem desenvolver aquelas referidas características que, de fato, são importantes à sua formação.

Entendo que o NPJ é sim uma atividade essencial à formação técnica do discente na área jurídica, sobretudo nas situações em que o aluno não teve e/ou não quis ter a oportunidade de estagiar (estágio não obrigatório) e, sendo assim, é impensável que ele finalize a etapa da graduação sem ter, sequer, a mínima base técnico-processual (a exemplo de não saber manusear os sistemas jurídicos eletrônicos e de não saber elaborar peças processuais).

No entanto, reconheço que o elemento da obrigatoriedade desestimula um efetivo processo de aprendizagem por parte desse aluno, sobretudo quando pensamos que no final do curso (exatamente nos três últimos períodos) a carga por atividades extras aumenta (entrega de trabalho de conclusão de curso, exame de ordem, estágio, trabalhos voluntários, excessiva carga horária de grade curricular, além do próprio NPJ, em que o aluno, além de dever estar semanalmente, precisa semestralmente assistir a quatro audiências – sendo duas no primeiro bimestre em varas estaduais e duas no segundo bimestre em varas federais –, elaborar relatórios de visitas ao fórum – referente ao acompanhamento dos processos que lhe são repassados pela secretaria do núcleo ao longo do semestre – e, muitas vezes, levar para casa atividades como elaboração de petições).

Em razão disso, pontualmente, decorre a importância de se visualizar a formação integral do aluno, particularmente o de direito, à luz do empreendedorismo jurídico e da inovação jurídica; empreendedor jurídico entende-se por aquele que está sempre em busca de novas ideias, de aproveitar oportunidades, de defender pontos de vista a partir de argumentações inovadoras, de criatividade – e, no direito, muitas vezes, a dificuldade de se ganhar uma causa, a exemplo, está no fato de não se encontrar um argumento inovador (sob o prisma de fortes argumentos); a inovação jurídica vem de se criar peças diferentes, de se buscar argumentações diferentes, de mudanças contínuas na legislação, o que necessita de uma constante reciclagem por parte do profissional do direito.

Diante desta análise percebe-se que as constantes evoluções pelas quais passa a sociedade ocasionam a necessidade de mudanças no pensamento e nas atitudes, na esfera do ensino superior e das universidades, de modo que os métodos, os elementos e as estratégias de ensino deem significado à transmissão do conhecimento, de forma a facilitar a aprendizagem do mesmo.

A aprendizagem significativa é essencial para materializar o conhecimento técnico transmitido aos estudantes, bem como é fundamental para que eles se vejam como empreendedores jurídicos, isto é, profissionais capazes de usar as suas habilidades e competências para transformar a realidade sócio-política e enxergar nas dificuldades e obstáculos possibilidades de resolver dilemas da sociedade na qual estão imersos, e isso por meio da profissão que escolheram.

E, indiscutivelmente, esse processo é favorecido quando se dá oportunidades de, livremente, este aluno escolher aquilo que, efetivamente, traz significado e faz sentido à sua vida – salienta-se, por fim, que as atividades desenvolvidas por tais alunos nos projetos

são se isolam daquelas jurídicas, quer dizer, o conhecimento aprendido em sala de aula coaduna-se perfeitamente à prática da extensão, já que são funções básicas a esses alunos a confecção de peças jurídicas (contratos, ofícios, memorandos) e oficinas de direitos (civil, consumidor e constitucional, a exemplo) a populações de baixa renda, a depender do projeto.

3.2 PROJETO DESAFIO CESUPA: funcionamento, objetivos e relevância

Inspirado no “Desafio Universitário Empreendedor Sebrae” – em que jovens universitários são desafiados a fazer uma imersão no mundo do empreendedorismo, desenvolvendo habilidades e competências por meio de atitudes empreendedoras, preparando-se assim, para os desafios do mercado de trabalho – achou-se, no NIEJ, conveniente antecipar esta temática do empreendedorismo universitário levando-a para alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas do estado do Pará.

O objetivo deste projeto, que teve suas atividades iniciais em 2007, sempre foi mostrar que seja qual for a área de atuação profissional a ser escolhida pelo jovem, é primordial que ele possua vivência prática, através de experiências multidisciplinares, antes mesmo de chegar ao ensino superior.

E foi justamente movido por este desejo interno de superação, desafio, experiências interdisciplinares e crescimento pessoal e profissional que, no primeiro semestre de 2015, após ter conhecimento da “Chamada NIEJ” (ocasião em que cada projeto integrante do núcleo apresenta à comunidade estudantil da instituição as suas propostas, com o intuito de atrair novos integrantes), decidi conhecer o funcionamento daquela que seria a experiência mais marcante e paradigmática da minha vida na graduação – ser integrante do projeto Desafio Cesupa.

Nesse projeto são trabalhadas habilidades e competências essenciais à formação técnica e humanística do indivíduo, a exemplo da liderança, do trabalho em equipe, da criatividade, da inovação, do raciocínio lógico, da pro atividade, da organização e da pontualidade – tudo pautado em valores como amizade, companheirismo, respeito às diferenças, determinação e foco.

Em regra, o projeto desenvolve-se em módulos semestrais – sendo um ou dois módulos por semestre, a depender da localidade escolhida para a realização, dos custos para a execução e da disponibilidade dos membros –, e tem em sua essência a finalidade de inserir a cultura empreendedora em seus participantes, mostrando o caminho para a abertura e para a gestão de um negócio (estabelecimento comercial, a exemplo de panificadoras, pizzarias ou sorveterias), por meio de dinâmicas, de aulas expositivas e práticas e de experiências multidisciplinares. O público alvo do projeto são os alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas do Pará, previamente selecionadas e estudadas pela coordenação do Desafio Cesupa.

Meses antes do módulo, a diretoria do projeto – formada por membros que possuem interesse e disponibilidade para atuação mais incisiva no projeto – reúne-se semanalmente ou quinzenalmente para planejar e traçar as estratégias a serem desenvolvidas para a realização do módulo.

São definidas estratégias de como ocorrerá a divulgação do projeto nas escolas e nos meios de comunicação; como e quais serão as estratégias para a captura de recursos (patrocínios); como ocorrerão as dinâmicas em grupo; qual o tempo de duração do módulo; como lidar com as dificuldades e os imprevistos que possam vir a surgir durante o módulo; como será feita a segurança dos alunos participantes etc.

Demais disso, o módulo do projeto possui duração de 01 (um) final de semana (sábado e domingo), sendo que no primeiro dia os alunos participantes são divididos em equipes de 05 (cinco) membros cada, e são alocados para diferentes salas de aula; nesta ocasião, tais alunos deverão estar atentos a todo o conteúdo transmitido, por meio de recursos orais e visuais, pelos facilitadores (alunos do CESUPA, membros do projeto), os quais abordarão temáticas que versem sobre noções básicas de empreendedorismo, gestão ambiental e gestão da qualidade, contabilidade e de raciocínio lógico, marketing, publicidade e propaganda e recursos humanos.

Salienta-se, que a missão de ser facilitador é de grande relevância, uma vez que estes membros precisarão, além de fazer uso dos seus conhecimentos técnicos obtidos com os seus respectivos cursos de graduação, aprender novos conceitos referentes a áreas do conhecimento com a qual não tem familiaridade, isto é, um integrante do curso de direito, por exemplo, poderá ser escalado para ministrar a matéria de contabilidade, de publicidade ou de recursos humanos – o que por si só demonstra a importância dessa abordagem multidisciplinar favorecida pelos projetos de extensão.

Cada um desses alunos facilitadores recebe, cerca de dois meses antes, uma cartilha explicativa com as principais noções conceituais daquela matéria sobre a qual ele ministrará o conteúdo. No caso do Desafio Cesupa já havia uma cartilha pré-concebida, entretanto, a diretoria do projeto foi, ao longo de 2016, modificando e atualizando todas as cartilhas (delimitando conteúdos e incorporando imagens) de forma a transmitir aos alunos um conteúdo mais dinâmico, favorecendo o aprendizado deles.

De posse das cartilhas, esses alunos possuem um mês para se preparar. Eles devem estudar o conteúdo, organizar a apresentação visual (datashow) e apresentar a aula para os demais integrantes do projetos, ocasião em que haverá um *feedback* quanto ao que pode melhorar e quanto ao que está bom. Além disso, esses facilitadores recebem oficinas de técnicas de dicção e oratória (com os integrantes do curso de direito, vez que esta habilidade oral é mais exigida nesse curso do que nos demais) e de voz (com profissionais da fonoaudiologia).

Ao segundo dia, os alunos participantes precisarão pôr em prática o que aprenderam no dia anterior, e isso por meio de uma gincana de conhecimentos diferente e eletrizante na qual se precisará suar a camisa, confiar no trabalho em equipe, testar o poder de concentração e deixar a timidez de lado – na busca pela construção do melhor plano de negócios.

Reunidos inicialmente em equipes de cinco pessoas, os alunos deverão iniciar a preparação do plano de negócios obedecendo a uma ordem de matérias. Por exemplo, deverão elaborar o nome, a logomarca e as estratégias de marketing da empresa; posteriormente, a equipe é desfeita, de forma que dois integrantes irão elaborar o plano de gestão de qualidade da empresa, um deverá elencar as estratégias utilizadas pela área de recursos humanos da empresa e os outros dois procederão à elaboração das estratégias de gestão ambiental do estabelecimento.

Isso tudo com alguns detalhes: os alunos possuem um tempo cronometrado para a realização de cada uma das etapas, o qual varia conforme a função (por exemplo, dez minutos para a confecção da logomarca, cinco minutos para as estratégias de empreendedorismo e oito minutos para a definição das abordagens publicitárias da empresas), sendo que a cada toque de sirene informando o término daquela etapa, os estudantes são realocados para novas salas de aula (precisando, assim, suar a camisa, correr e ter muita determinação).

Ainda, durante cada uma das etapas os alunos são fortemente tentados a se desconcentrar, pois uma equipe do projeto adentra nas salas de aula portando objetos barulhentos e fazendo uso de aparatos com o intuito de tirar o foco dos participantes (usam-se rádios tocando músicas altas, apitos, chapéus, danças, conversas, brincadeiras).

O grande objetivo disso é fazer com que os alunos se familiarizem não apenas com o universo do ensino acadêmico superior, mas também do próprio mercado de trabalho, em que eles precisarão lidar com situações inesperadas e inusitadas; com dificuldades as quais tiram o foco, desmotivam e entristecem; precisarão trabalhar com pessoas com as quais não concordam com valores, crenças, culturas e opiniões; precisarão saber liderar e ser liderados; necessitarão de garra, determinação, planejamento e organização para superar obstáculos e alcançar sonhos e objetivos; deverão aprender valores como companheirismo, humildade e trabalho em equipe; precisarão deixar a timidez e testar o poder da argumentação e da persuasão; enfim, precisarão se valer de conceitos como inovação, aprendizagem significativa e empreendedorismo caso queiram sair com a premiação daquela edição.

Finalmente, nos intervalos de ambos os dias de realização do módulo são fornecidas aos alunos refeições (lanches e almoços), feitas pelos próprios membros do projeto e, ao final, após as equipes apresentarem os seus planos de negócios a uma banca formada pelos integrantes do projeto, premiam-se as três melhores equipes – com vales livros e brindes institucionais, a exemplo.

Plano de negócios é uma ferramenta amplamente utilizada nas áreas de gestão e que tem por finalidade dar maior segurança àquelas pessoas que almejam iniciar uma empresa ou mesmo ampliar e/ou rever alguma característica do seu negócio empresarial. Ele traça um retrato do mercado, orientando o indivíduo a busca por informações detalhadas sobre o ramo empresarial em que atua (ou quer atuar), sobre os produtos comercializados, sobre o público alvo (clientes em potencial, concorrentes, fornecedores) e sobre os pontos fortes e fracos daquele negócio.

No caso do Desafio Cesupa, todas as equipes devem elaborar um plano de negócio referente ao mesmo ramo empresarial, por exemplo, uma panificadora, no entanto, cada grupo terá a liberdade para, com base nas informações recebidas no sábado, referente às matérias (empreendedorismo, gestão ambiental e da qualidade, contabilidade e as demais), montar o plano mais completo.



Organização do lanche, fornecido pelo projeto, aos alunos – Módulo Belém 2016.2



Autor do relato durante a apresentação de acolhida aos alunos – Módulo Belém 2016.1

3.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E GANHOS PESSOAIS/PROFISSIONAIS

Inicialmente, em 2015, ao integrar a equipe do Desafio Cesupa⁷, juntamente com outros alunos dos cursos de Publicidade, Marketing, Contabilidade e Administração, minha função era a de membro integrante, isto é, aquele que participa do projeto, porém, de maneira não tão efetiva – normalmente, emitindo opiniões consultivas, isto é, informações acerca das estratégias a serem tomadas neste período de reestruturação do projeto.

Em continuidade, após 02 (dois) meses de trabalho, e considerando a carência de alunos do curso de direito, fui convidado pela coordenação do projeto a coordenar a área jurídica; a partir deste momento, minha participação tornou-se efetiva/ativa (e desafiadora, considerando que, à época, encontrava-me no 3º (terceiro) período do curso, logo, sem uma base sólida frente às possíveis necessidades de um coordenador jurídico, que tinha como funções, de acordo com livre adaptação das atribuições inerentes ao cargo de Gestor Jurídico do NIEJ, com base no Regimento Interno do Núcleo:

- I. Atuar na área jurídica, na emissão e controle de contratos, memorandos e ofícios relativos aos interesses do projeto;
- II. Atuar no aspecto preventivo de cada ato ou decisão tomada pelo projeto, sugerindo medidas que visem resguardar os interesses do mesmo;
- III. Administrar os assuntos jurídicos que venham a ser de interesse do funcionamento do projeto;
- IV. Orientar as ações dos integrantes do projeto em questões relacionadas com a área jurídica, objetivando gerar ações em conformidade com a legalidade;
- V. Manter atualizado os arquivos contendo a documentação jurídica do projeto;
- VI. Desempenhar outras tarefas delegadas pelos Professores Conselheiros e Coordenador do Núcleo, respeitando a sua área de atuação.

Nesta função ainda, em parceria com outra discente do curso de direito, Isabelle Freitas, também do terceiro semestre, com base nas experiências adquiridas nos três semestres do curso, bem como em experiências extracurriculares (treinamento de oratória fornecido pela mãe da discente e em materiais doutrinários e artigos) fomos responsáveis por ministrar, aos membros do projeto, treinamentos tendentes ao desenvolvimento da habilidade oral e de postura – por meio oficinas de técnicas de dicção, oratória e postura.

⁷ Em 2015, os então acadêmicos dos cursos de comunicação social publicidade e propaganda, Lorena Favacho, e de Administração, André Sinimbú, retomaram as atividades regulares do projeto, o qual estava estagnado há mais de cinco anos em razão de burocracias inerentes ao NIEJ. Em decorrência disso eu não passei por processo seletivo para a entrada, dado que em razão da reestruturação do Desafio Cesupa, a necessidade por integrantes se fazia urgente.

Tais oficinas eram ministradas sempre em período anterior à realização dos módulos e tinham como finalidade o repasse de informações e de técnicas tendentes a favorecer a troca de informações entre os alunos facilitadores e os alunos participantes do projeto⁸.

Além disso, em parcerias externas, os membros do projeto receberam também – para o desenvolvimento das tarefas a eles incumbidas, como facilitadores, no dia da realização do módulos – oficinas de voz com fonoaudiólogos e treinamentos com o uso do recurso *Business Model Canvas*⁹.

Tais parcerias ocorriam com alguns gestores do próprio NIEJ, a exemplo da professora Fransuze Oliveira, que ministrou a oficina de *Business Model Canvas*, do professor Leandro de Paula, hoje professor conselheiro do Desafio Cesupa e que à época auxiliou na confecção da cartilha e do replanejamento do projeto e de uma fonoaudióloga, a qual forneceu oficinas de voz.

Já em 2016, com a saída dos então coordenadores do projeto, fui convidado por eles, após aval unânime dos demais integrantes do projeto (cerca de trinta) a exercer esta função, cheia de novos desafios e aprendizados – salienta-se aqui que o fato de poder ter convivido, ao longo de um ano, com discentes de outras áreas do conhecimento, como administração, publicidade e propaganda, contabilidade, engenharia de produção, geologia, nutrição e engenharia da computação por si só já auxiliou no meu processo de amadurecimento pessoal, vez que pude trocar experiências multidisciplinares, aprender sobre outras áreas, sobre as dificuldades enfrentadas nos demais cursos; pude liderar e ser liderado, pude conhecer as demais unidades do CESUPA, aumentar a abrangência da minha rede de contatos, representar o projeto em atividades extracurriculares, como apresentá-lo para alunos e coordenadores de escolas como Santa Catarina, Marista Nossa Senhora de Nazaré, Acrópole, Moderno, Sophos e Universo, todas em Belém).

E, juntamente com toda a equipe do Desafio Cesupa, que neste período contava com cerca de trinta e cinco pessoas, continuei a trabalhar para o progresso e para o aperfeiçoamento não apenas do projeto, como também das minhas habilidades e

⁸ Eram dadas dicas no tocante ao timbre da voz, a como utilizar os movimentos das mãos para ajudar a transmitir as ideias, a como se vestir adequadamente para apresentações de trabalhos, a como lidar com o imprevisto de esquecer o conteúdo sobre o qual iria falar, a como amenizar o nervosismo no momento da apresentação.

⁹ Ferramenta de planejamento estratégico que permite desenvolver e esboçar modelos de negócio, cuja função é basicamente a mesma do plano de negócio, porém, por ser um recurso mais moderno, vem substituindo aquele.

competências pessoais – conversei com coordenadores de colégios localizados na região metropolitana de Belém, emiti ofícios e memorandos, busquei estratégias eficazes para a arrecadação de patrocínio (já que o custeio da realização dos módulos era proveniente das finanças dos próprios membros; por exemplo, venda de rifas e de água mineral em espaços públicos), procedi à apresentação do projeto para o corpo institucional do CESUPA e para diversos alunos em feiras vocacionais, realizei processos seletivos com candidatos interessados em fazer parte do projeto.

Todas essas atividades despertaram em mim a certeza de que eu poderia, de fato, utilizar o conhecimento técnico jurídico aprendido na sala de aula para o bem estar da sociedade, ou seja, esta experiência fez com que eu me enxergasse como um efetivo agente de mudança social, como um indivíduo que sairá da graduação consciente do seu dever social de ajudar os outros a descobrirem as suas habilidades e competências – e isso, infelizmente, não tive a oportunidade de vivenciar no curso de direito, isoladamente, considerando a extensa carga horária de atividades curriculares, e das raras atividades extracurriculares.

Em 2015, diante do processo de reestruturação do projeto, houve apenas um módulo, o qual ocorreu em junho na cidade de Castanhal e reuniu cerca de trinta alunos. Apesar do número baixo de participantes, o que frustrou as nossas expectativas, já que esperávamos cerca de cem pessoas, isso foi importante para que sentássemos e fizéssemos um *feedback* da situação (como sempre ocorre ao final dos módulos). Pontuamos o que deu errado e começamos a planejar mais detalhadamente os próximos módulos.

Da mesma forma, em 2016 ocorreram dois módulos, ao mês de junho e ao mês de dezembro, ambos realizados nas dependências do CESUPA unidade José Malcher. No módulo do primeiro semestre estiveram presentes em torno de sessenta alunos (número ainda bem inferior ao planejado, que era de cento e cinquenta) dos colégios Sophos, Acrópole, Santo Antônio, Equipe e Moderno. Já no módulo do segundo semestre, ocorrido com alunos dos colégios Moderno, Equipe, Ideal, Acrópole e Universo, conseguimos reunir uma média de oitenta alunos.

Em 2015, no módulo realizado em Castanhal, tive a oportunidade de ser um professor facilitador, ministrando a disciplina de empreendedorismo. Já nos módulos de 2016, como coordenador geral do projeto, minhas funções eram além de planejar e gerir o projeto e o seu funcionamento, delegar funções, avaliar as cartilhas e as apresentações finais das aulas, ministrar as oficinas de oratória e postura aos novos integrantes do projeto,

ter controle financeiro quanto aos valores que circulavam no projeto e proceder às entrevistas no processo seletivo para novos integrantes – em que se avaliava elementos como disponibilidade de tempo, vontade de aprender e de se auto desafiar, motivação para integrar o projeto, capacidade de liderar e comprometimento.

Em junho de 2017, após a realização de 03 (três) módulos do projeto, sendo 02 (dois) em Belém e 01 (um) em Castanhal, e diante das inúmeras atividades seculares inerentes ao curso de direito, como estágios obrigatório e não obrigatório e aumento da carga horária curricular, tomei a difícil decisão de encerrar minha jornada à frente do projeto.

Finalizei minha jornada, entretanto, cheio de alegria ao observar as benesses que esta experiência empreendedora me acrescentou – pude desenvolver e/ou adquirir conhecimentos e habilidades que serão importantes ao longo toda a minha vida, seja na seara pessoal seja na profissional, a exemplo de relacionamento interpessoal e aumento de rede de contatos com pessoas de variados cursos, idades e semestres; aprimoramento da capacidade de liderar; desenvolvimento da habilidade de falar em público; inteligência emocional para saber lidar com dificuldades e obstáculos; habilidade de saber lidar com críticas, elogios e sugestões; criticidade; autoconfiança e autonomia; criatividade e inovação – inclusive, esses conceitos me ajudam a pensar em melhores fundamentações para elaboração de peças e pareceres processuais; aprendi a lidar com a infinidade de pensamentos, valores e crenças que regem o ser humano em sua complexidade.

Enfim, esta experiência por meio do projeto de extensão acadêmica me ajudou (e ajudará) a ser, além de um ser humano melhor, um profissional mais capacitado, qualificado e diferenciado, apto a enxergar o mundo sob o olhar da multidisciplinariedade, conseguindo pensar em respostas para os questionamentos sociais que ultrapassam os limites da técnica jurídica fomentada nas salas de aula (doutrinas, legislações e jurisprudências).

É gratificante poder encontrar alguns ex-companheiros de projeto e ouvir deles que, de alguma forma, eu pude contribuir com o seu desenvolvimento pessoal e/ou profissional. Referente a isso, ouvi algumas vezes de companheiros dos cursos de engenharia da produção, engenharia da computação e publicidade que as oficinas de oratória e postura foram essenciais à sua formação, pois eles jamais esquecerão como gesticular, como se vestir e como se portar frente à apresentação de atividades acadêmicas.

Esta experiência, para além disso, fez com que eu pudesse entender que quando nós nos dispomos a ir além do que a universidade define como carga horária básica, nós conseguimos superar os nossos limites e visualizar oportunidades de crescimento onde muitos não enxergam, e este olhar empreendedor e multidisciplinar é, atualmente, elemento essencial à formação do aluno e, tão logo, deve ser difundido nas salas de aula, sobretudo no ensino jurídico, que não pode estar limitado ao direito material e/ou ao processual, já que não basta mais ao estudante de direito saber conceitos se ele não souber aplicá-lo corretamente às variadas situações, se ele não souber, como juiz, defensor, promotor, delegado, advogado ou consultor entender o pedido do seu cliente (da parte interessada) à luz das especificidades que cada caso concreto requer.



Material didático – produzido pela equipe do projeto, sob revisão final do autor do relato – e distribuído aos alunos participantes do módulo



Módulo Belém (2016.2) – atividades aplicadas aos alunos participantes



Equipe do projeto Desafio Cesupa durante premiação – Módulo Belém 2016.1



Premiações distribuídas às equipes vencedoras – Módulo Belém 2016.1

3.4 DIFICULDADES ENFRENTADAS DURANTE A JORNADA

Em que pese haver constantes reuniões de organização e planejamento (pré-módulo) e de *feedbacks* (pós-módulo), inevitavelmente, nem tudo saía como o almejado. No tocante a isso, o principal obstáculo encontrado era a falta de verba para o custeio dos módulos, vez que havia a necessidade de gastos (a depender da localidade) com transporte, hospedagem, alimentação (para os alunos participantes e para os membros do Desafio Cesupa), materiais para uso nos dias dos módulos (pinceis, canetas, lápis, régua, papéis).

Lembro que durante toda a minha permanência no projeto precisei, junto a toda a equipe do projeto, arrecadar verbas por meio da venda de rifas e de água mineral em praças públicas, bem como precisei contribuir com valores pessoais para o custeio das despesas do projeto.

Isso fazia com que a busca por patrocínio fosse constante – durante todo o ano de 2016 a Panificadora Combate, cujo dono era um dos integrantes do projeto, foi a grande parceira do projeto, fornecendo a alimentação para todos os que estavam presentes nos módulos (hot dog, pizzas, doces, salgados e refrigerantes).

Essa dificuldade financeira desdobrava-se também nas premiações – em razão da necessidade de se premiar quinze pessoas, já que eram premiadas as três melhores equipes, formadas por cinco pessoas cada –, os custos com a confecção de troféus e medalhas e para

a compra de vales livros no valor de R\$ 50,00 cada (estes destinados apenas aos primeiros colocados) tornavam-se elevados.

Quanto a isso, o CESUPA, em 2016, forneceu como premiação alguns kits, formados por mochila, *squeeze*, bloco de anotações e caneta, o que já representava uma valiosa ajuda e um motivo a mais para que os alunos desejassem vencer o módulo. Contribuía também com o fornecimento das impressões dos materiais didáticos utilizados (apostilas e fichas cadastrais para preenchimento das informações dos alunos).

Outra barreira verificada era a dificuldade de acesso a algumas escolas, sobretudo na região metropolitana de Belém, a exemplo do que ocorreu nos colégios Santa Catarina e Marista Nossa Senhora de Nazaré, em que, mesmo se estabelecendo contato telefônico com o responsável pelo setor nessas escolas, ao chegar lá, fomos impossibilitados de apresentar o projeto para os alunos, ou para a própria coordenação da escola – sob alegação de que os alunos não estariam livres nos dias de realização dos módulos, já que haveria atividade curricular nas escolas naqueles mesmos dias, diante da proximidade com os períodos de provas de vestibulares e do calendário interno dessas escolas.

Merece destaque também a dificuldade de comprometimento por parte de alguns membros do projeto, que não compareciam às reuniões marcadas e/ou não justificavam a ausência, que não demonstravam interesse nas atividades, que simplesmente deixavam de integrar a equipe sem qualquer aviso prévio ou mesmo que, no dia do módulo, não cumpriam com as tarefas delegadas. Essas questões, conseqüentemente, exigiam atitudes mais severas pela coordenação do projeto, como advertências, perdas de horas complementares, já que a participação nos projetos de extensão atribuem horas complementares ao discente, ou até mesmo a expulsão do aluno.

Na esfera pessoal, posso dizer que, diante da árdua missão de conciliar várias atividades, esta experiência voluntária representou o maior desafio durante o meu período na graduação, afinal, era preciso disponibilidade para gerir uma elevada carga horária curricular, estágios obrigatório e não obrigatório, reuniões semanais do projeto e curso de línguas – sem esquecer de cuidar da saúde física e espiritual e do lazer junto a familiares e amigos.

Na prática, então, a motivação pessoal e a persistência foram os fatores determinantes para a não desistência deste trabalho; lembro, por exemplo, que por inúmeras vezes tive divergências familiares em decorrência do horário avançado com que

precisei chegar em casa, assim também, em várias ocasiões necessitei optar entre estudar para a faculdade e dedicar-me às atividades do projeto, ou ainda entre dormir e estudar.

Além dessas dificuldades, outras puderam ser vivenciadas. Diga-se. Inegável é o fato de que, precisamente, quanto ao curso de direito, a extensão acadêmica é preterida quando comparada ao ensino e à pesquisa, o que por si já revela uma incongruência em reação à indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; das salas de aulas aos murais informativos, o que se vê é o (ínfimo) incentivo às atividades extensionistas.

Não dá para negar, de fato, que há muitas atividades de extensão acadêmica na seara do Cesupa, no entanto, tais práticas são pouco oponíveis à área jurídica – como reportado, resumem-se a NPJ e/ou NIEJ. Poucos são os docentes do direito que, a exemplo, conhecem o NIEJ, as atividades nele desenvolvidas e os benefícios ao discente desse curso.

Raro é ver, também, a própria coordenação do curso divulgar informações no tocante à importante participação dos alunos nestas experiências voluntárias – nos demais campus dessa ies é comum observar inúmeros cartazes, panfletos e folders informativos de variadas experiências acadêmicas; corriqueiro é ver docentes como conselheiros de projetos de extensão.

Positivamente, tem sido crescente a procura dos alunos do direito nessas atividades de extensão, entretanto, esse aumento não provém de incentivos do próprio curso, por meio da coordenação ou dos docentes, mas dos próprios alunos que já desenvolveram ou desenvolvem trabalhos voluntários, isto é, uns acabam incentivando a presença dos outros – seja pelos ganhos pessoais e profissionais que são proporcionados, seja pelas horas complementares que tais ofícios proporcionam, seja pela curiosidade de ir além das vivências jurídicas experimentadas na sala de aula.

As dificuldades existem em todo e qualquer ofício, e não seria diferente nesta jornada intitulada extensão acadêmica. Todavia, a forma com que cada indivíduo as enxerga é que o fará suportá-las ou não. No meu caso, os retornos advindos dessa experiência foram capazes de me fazer superar barreiras e ir em busca de elementos com os quais eu tive pouco ou nenhum contato na sala de aula, isto é, desde o início da minha graduação defendo a premissa de que de nada adianta conhecer legislação, doutrina e jurisprudência se não for possível aliá-los ao caráter prático – que, ao meu entender, é o poder de transformação social, cultural, pessoal e econômico que tais elementos podem conferir àqueles que fazem uso deles para, com efeito, transformar e influenciar vidas.

4 CONCLUSÃO

Nas lições de KELLER-FRANCO (2012), ainda predominam no ensino superior brasileiro “estruturas curriculares tecnocratas e práticas pedagógicas que privilegiam a reprodução de um conhecimento fracionado e descontextualizado da vida dos estudantes”, o que ocasiona, na mesma medida, a formação fragmentada e frustrada do conhecimento, por parte do aluno, uma vez que este não consegue dar um (eficaz) significado àquela imensidão de conteúdos técnicos que recebe diariamente nas salas de aula.

Diante disto, este trabalho se propôs, a partir de uma experiência paradigmática vivida em uma das formas de extensão universitária promovida pelo CESUPA – projeto Desafio Cesupa, do NIEJ –, a trazer reflexões no tocante a uma temática pouco difundida no âmbito interno, que é o empreendedorismo jurídico à luz das experiências multidisciplinares promovidas por meio das atividades de extensão acadêmicas.

Observamos, que o CESUPA, seguindo uma tendência mundial, vêm, por meio de um planejamento estratégico e coordenado, cumprindo com o seu dever constitucional de garantir a formação geral do aluno, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão – para isso, analisamos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) relativo ao quinquênio 2016-2020 e o regimento interno da instituição.

Em continuidade, identificamos que a formação geral do aluno está diretamente associada ao conceito de inovação no ensino superior, o qual se revela interligado à perspectiva de novas formas de se transmitir o conhecimento e à missão das entidades acadêmicas – assentada nas possibilidades de crescimento e aperfeiçoamento dos indivíduos.

Esta análise é primordial, sobretudo, quando percebemos a urgente necessidade por profissionais mais qualificados e detentores de uma visão do conhecimento multidisciplinar, porquanto, espera-se destes, além do conhecimento técnico, novas habilidades (genéricas, relacionadas com a vida cotidiana, e específicas, relacionadas ao desempenho de uma função), valores, criatividade, atitudes e habilidades (relação interpessoal, capacidade de lidar com críticas e ideias distintas, de falar e de se portar em público), desenvolvimento pessoal (crescimento pessoal equilibrado e inteligência emocional e relacional) e, claro, ampliação do repertório de experiências dos indivíduos.

Vimos que é crescente a necessidade por profissionais do direito que, independente da área a que estejam vinculados – advogado, defensor público, juiz, procurador, promotor, consultor jurídico, delegado – tenham suas condutas embasadas em conceitos como empreendedorismo jurídico e aprendizagem significativa – ditas como pedagogias abertas, nas quais o aluno se torna ator de sua formação profissional através de aprendizagens concretas e plausíveis, de sorte a desenvolver uma percepção interligada dos contextos sociais e de suas globalidades.

Esta análise foi devida a partir da imersão em experiências inovadoras e desafiadoras no tocante à extensão universitária (coordenação do projeto Desafio Cesupa), a qual se mostrou (não como a única), mas como a mais importante e efetiva forma de atribuir a mim um aprendizado prático, inovador e significativo, posto que, ao trabalhar desta forma, foi possível exercitar a integração do conhecimento das diferentes áreas do conhecimento e ter o privilégio de relacionar teoria e prática.

Além disso, percebemos que a participação e o envolvimento de alunos do curso de direito nas atividades de extensão acadêmicas – com destaque para o NIEJ, visto seu caráter de voluntariedade (e não obrigatoriedade, como ocorre com o NPJ) – é de suma importância ao seu desenvolvimento pessoal e profissional em virtude da inegável possibilidade de aprendizados que preparam esses alunos para a vida, conforme o relato pessoal acostado.

Exemplo disso é que um aluno, ao sair da universidade e adentrar no mercado de trabalho, vai perceber que o conhecimento jurídico não é suficiente para levá-lo aonde ele quer, de modo que ao abrir um escritório, por exemplo, precisará de habilidades e competências com as quais não teve contato na graduação, como cuidar do fluxo de caixa, gerir pessoas, estabelecer padrões de atendimento, e rede de contato com outros profissionais, não desistir diante dos desafios, negociar seus honorários e vender seu serviço (PADILHA, 2018).

Desta análise extrai-se, por fim, que, de forma geral, ainda são poucos os debates universitários no tocante à inovação no ensino superior a partir da utilização de novos conceitos e formas de se difundir o conhecimento, ocasião em que a extensão universitária revela-se primordial porque além de estar construída sobre novas formas de bases epistemológicas, pedagógicas e políticas, abre reais possibilidades de currículos baseados em experiências criativas e socialmente responsáveis, capazes de integrar (e responder) às novas demandas mercadológicas por profissionais multidisciplinares.

Demais disso, revela-se preocupante que um curso responsável pela formação anual de milhares de indivíduos no Brasil e que, em tese, deveria estar pautado nos ideias de justiça e igualdade social, ainda possui tanta resistência quanto à possibilidade de mudanças nas grades curriculares, tendentes à implantação de currículos mais diversificados e menos teóricos.

Isto é preocupante porque enquanto não houver um movimento, inclusive na seara jurídica do CESUPA, em que coordenação do curso, professores e alunos, movidos pelo desejo de mudança, passem a estudar e implantar novas formas de se pensar e ensinar o saber jurídico, a sociedade continuará no crescente descrédito em relação às instituições jurídicas brasileiras – e isso, inevitavelmente, inicia com a mudança do pensamento daqueles que, nas salas de aula e nas extensões acadêmicas, são responsáveis pela formação dos alunos.

A conclusão deste relato, ao revés, não busca esgotar as reflexões aqui suscitadas, de forma que esse esgotamento extrapolaria os limites de um relato de extensão, além de não ser o cerne da análise. No entanto, naquilo que entendo essencial, busquei, de forma simples e objetiva, tecer as principais considerações nesta conclusão.

REFERÊNCIAS

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ. Disponível em <<http://www.cesupa.br/coor/RepArq/arquivo/ESTATUTO.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**. Transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Curitiba: Educar, 2006, n. 28.

JUNQUEIRA, Guilherme. **Empreendedor Júnior**: uma carreira de sucesso aliada ao marketing pessoal. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/empreendedor-junior-uma-carreirade-sucesso-aliada-ao-marketing-pessoal/22458/>>. Acesso em 15 de maio de 2018.

KELLER-FRANCO, Elize. Inovação na educação superior: o currículo por projetos. In: MASETTO, Marcos Tarciso (Org.). **Inovação no ensino superior**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MASETTO, Marcos Tarciso. Inovação curricular no ensino superior: organização, gestão e formação de professores. In: MASETTO, Marcos Tarciso (Org.). **Inovação no ensino superior**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2018.

NÚCLEO INTEGRADO DE EMPREENDEDORES JUNIORES. Disponível em <<http://niejcesupa.org/#projects>>. Acesso em 20 de março de 2018.

PADILHA, Rodrigo. **Empreendedorismo Jurídico**. Disponível em <<https://www.rodrigopadilha.com.br/empreendedorismo-juridico-tudo-sobre>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Disponível em <http://www.cesupa.br/coord/RepArq/arquivo/PDI_2016_2020.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2018.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Equipe multidisciplinar e interdisciplinar – qual a diferença?** Disponível em <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/equipemultidisciplinar-e-interdisciplinar-qual-a-diferenca/50347>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Aprenda a montar um plano de negócios**. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/documento-ensina-a-montar-plano-denegocio,7f0c26ad18353410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

_____. **Desafio Universitário Empreendedor**. Disponível em <<http://desafiouniversitarioempreendedor.sebrae.com.br/plataforma/index.xhtml>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Disponível em <<http://www.uff.br/?q=br/projetos-de-ensino-pesquisa-e-extensao-0>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

ZABALZA, Miguel Ángel. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE I – Lista de premiações recebidas pelo Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores (NIEJ)

Junho/2005

- O Time SIFE CESUPA conquista o 1º lugar no “Campeonato SIFE Pará” ● O Time SIFE CESUPA conquista o 1º lugar na Liga Fundação Banco do Brasil no

“Campeonato SIFE Brasil”, em Brasília.

*Campeonato da SIFE “Estudantes em livre iniciativa”, competição onde as universidades disputam ao apresentar seus projetos de extensão realizados ao longo do ano, neste caso, ano de 2005.

Julho/2008

- O Time SIFE CESUPA conquista o 3º lugar no “Campeonato SIFE Brasil”

*Campeonato da SIFE “Estudantes em livre iniciativa”, competição onde as universidades disputam ao apresentar seus projetos de extensão realizados ao longo do ano, neste caso, ano de 2008.

Julho/2009

- O Time SIFE CESUPA conquista o 1º lugar no “Campeonato SIFE Brasil”.

*Campeonato da SIFE “Estudantes em livre iniciativa”, competição onde as universidades disputam ao apresentar seus projetos de extensão realizados ao longo do ano, neste caso, ano de 2009, primeiro ano no qual no time CESUPA conquistou o nacional.

Julho/2010

- O Time SIFE CESUPA conquista o 2º lugar no “Campeonato SIFE Brasil”.

*Campeonato da SIFE “Estudantes em livre iniciativa”, competição onde as universidades disputam ao apresentar seus projetos de extensão realizados ao longo do ano, neste caso, ano de 2010.

O projeto “Investidor Júnior” recebe o prêmio “HSBC Financial Literacy Grant”.

*Tal prêmio faz parte do “2009 HSBC Financial Literacy Grant”, ação do Banco Inglês HSBC em parceria com a SIFE International e que visa reconhecer o trabalho de alunos em todo o mundo que promovam, dentre outros aspectos, a educação financeira.

Julho/2011

- O Time SIFE CESUPA conquista o 1º lugar no “Campeonato SIFE Brasil”.

*Campeonato da SIFE “Estudantes em livre iniciativa”, competição onde as universidades disputam ao apresentar seus projetos de extensão realizados ao longo do ano, neste caso, ano de 2011, segundo ano no qual no time CESUPA conquistou o nacional.

- O projeto “Esse Rio Coopera” recebe o prêmio “Santander Universidade Solidária

2011” na categoria Empreendedorismo Universitário.

*O Prêmio Santander Universidade Solidária fomenta a implementação de projetos de extensão universitária de Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras reconhecidas pelo MEC. É um concurso de projetos sob a temática “Desenvolvimento sustentável com ênfase em geração de renda”, e objetiva contribuir para a inclusão social e econômica de comunidades de baixa renda, para a formação cidadã e profissional de estudantes e professores em parceria com as IES; e fortalecimento da extensão universitária.

- O projeto “Organolate” é aprovado pelo Edital do “Walmart’s Women Economic Empowerment”.

*Edital lançado pela Walmart em parceria com a SIFE para os projetos de empreendedorismo feminino.

Maio/2012

- O projeto “Esse Rio é Minha Rua” recebe os prêmios de “Melhor Projeto do Ano do Rotaract da Amazônia”, “Melhor Projeto Comunitário do Ano do Rotaract da Amazônia” e “Melhor Projeto Ambiental do Ano do Rotaract da Amazônia”.
- O projeto “Sócrates” recebe o 2º lugar no prêmio de “Melhor Projeto de Formação Profissional do Rotaract da Amazônia”

Julho/2012

- O projeto “Organolate” recebe o 2º lugar no prêmio “*Walmart’s Women Economic Empowerment*”.

*Edital lançado pela Walmart em parceria com a SIFE para os projetos de empreendedorismo feminino.

- O Time Enactus CESUPA conquista o 2º lugar no “Campeonato Enactus Brasil”. *Campeonato da SIFE “Estudantes em livre iniciativa”, competição onde as universidades disputam ao apresentar seus projetos de extensão realizados ao longo do ano, neste caso, ano de 2012.

Outubro/2012

- O projeto “Organolate” recebe a aprovação de novos recursos pelo “Walmart’s

Women Economic Empowerment”.

*Complemento ao edital lançado pela Walmart em parceria com a SIFE para os projetos de empreendedorismo feminino.

Dezembro/2012

- O projeto “Organolate” recebe o prêmio “Samuel Benchimol e Banco da Amazônia”.

*Os Prêmios Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente, instituídos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Banco da Amazônia, com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amazonas (SECTI/AM), e do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) buscam promover a reflexão e propor ações sobre as perspectivas econômicas, científicas, tecnológicas, ambientais, sociais e de empreendedorismo para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

2013

- O projeto “Esse Rio Coopera” recebe o prêmio “ANDEF” na categoria Universidade Sênior.

* Em parceria com a Enactus Brasil, foram eleitos dezenove projetos de norte a sul do Brasil, que fomentam o agronegócio através das suas iniciativas.

- O Time Enactus CESUPA conquista o 1º lugar no “Campeonato Enactus Brasil”.

*Campeonato da SIFE “Estudantes em livre iniciativa”, competição onde as universidades disputam ao apresentar seus projetos de extensão realizados ao longo do ano, neste caso, ano de 2013, terceiro ano no qual no time CESUPA conquistou o nacional.

- O projeto “Organolate” recebe o prêmio “Walmart’s Women Economic Empowerment”.

*Edital lançado pela Walmart em parceria com a SIFE para os projetos de empreendedorismo feminino.

- O projeto “Organolate” recebe o prêmio “Santander Universidade Solidária” na categoria Empreendedorismo Universitário.

*O Prêmio Santander Universidade Solidária fomenta a implementação de projetos de extensão universitária de Instituições de Educação Superior (ies) brasileiras reconhecidas pelo MEC. É um concurso de projetos sob a temática “Desenvolvimento sustentável com ênfase em geração de renda”, e objetiva contribuir para a inclusão social e econômica de comunidades de baixa renda, para a formação cidadã e profissional de estudantes e professores em parceria com as IES; e fortalecimento da extensão universitária.

2014

- O projeto “Kakaô” recebe o prêmio “Walmart’s Women Economic Empowerment”.

*Edital lançado pela Walmart em parceria com a SIFE para os projetos de empreendedorismo feminino.

- O Time Enactus CESUPA recebe o prêmio “KPMG Ética e Integridade”.

* Um prêmio criado pela KPMG em parceria com a Enactus para homenagear os times que desenvolvem seus projetos dentro das melhores práticas.

APÊNDICE II – Depoimento fornecido pelo professor Rafael Boulhosa, Coordenador da Central de Comunicação e Marketing do CESUPA, com respectivo termo de autorização para uso de imagem e depoimento

1. HISTÓRICO DO NÚCLEO INTEGRADO DE EMPREENDEDORES JUNIORES (NIEJ)

1.1 PATAMAR DO CESUPA ANTES DO NIEJ

O Cesupa tinha três empresas júnior que trabalhavam separadas – mormente nas áreas de Administração, Contabilidade e Tecnologia da Informação (e uma empresa, para ser entendida como júnior, deve funcionar como uma consultoria, inclusive com CNPJ). Na prática, qual a grande problemática? É que essas empresas funcionavam como uma

espécie de consultório médico – na medida de que, para se ter clientes, estes deveriam ir até o consultório; e isso ocorreu com essas empresas, o que acabou por tornar inviável a manutenção desse tipo de extensão no Cesupa, dado que o volume de trabalho era insuficiente (o que demandava muito esforço dos alunos para pouco trabalho, não os fazendo desenvolver habilidades).

A partir deste cenário, passou-se a se questionar o seguinte: o que seria essencial à relação empresa júnior x alunos?

A conclusão foi: o importante quanto a essa relação era que os alunos conseguissem vivenciar um conjunto de experiências que os ajudassem a desenvolver habilidades, competências e atitudes – isso porque um bom profissional é identificado sob três características basilares: conhecimento técnico sobre o que faz + habilidade de fazer algo acontecer + atitude diante das dificuldades.

O conhecimento técnico, basicamente, é obtido na sala de aula, ao contrário das outras duas características, as quais, em sua maioria, são obtidas por meio de vivências multidisciplinares fora da sala de aula.

Assim, o raciocínio da extensão no âmbito do Cesupa passou a fundar-se nas habilidades e atitudes. Como? Por meio da criação das próprias demandas/projetos; a partir dessa premissa é que o NIEJ descola-se da ideia de empresa júnior e começa a estruturar-se no empreendedorismo júnior.

Por volta de janeiro/fevereiro de 2003 começou o NIEJ, fruto da motivação/descontentamento dos próprios alunos frente à decisão, pelo Cesupa, de encerrar as atividades das empresas junior – tais alunos levaram um projeto para a Coordenação de Extensão, a qual o aprovou, vindo os alunos a escolherem o professor Rafael como orientador.

Projetos como Sócrates (formação/imersão em modelos de gestão avançada), Desafio Cesupa (educação empreendedora), Cesupa na minha cidade (orientação profissional), Esse rio é minha rua (voluntário, nos moldes de consultoria/assessoria), Empreendedor Universitário (competição de empreendedorismo) e outros, passaram a ser implementados; e como a ideia era desenvolver o chamado “espírito” empreendedor, os projetos ficavam abertos, isto é, era o próprio aluno quem escolhia o projeto no qual queria estar inserido (o que já remete às escolhas que precisamos fazer na vida, à busca pelos nossos sonhos); logo, o NIEJ passou a ser esse espaço em que o aluno tinha a liberdade de

dizer o que queria fazer, tendo, nos professores, o apoio necessário para formalizar o sonho, a ideia, o caminho, a rede de network.

A partir desse cenário é que os alunos do curso de Direito passaram a ser, gradativamente, inseridos nesses projetos (antes restritos às áreas de contábeis, administração e tecnologia da informação) – no entanto, nesse período, ainda estava a se falar em empresa júnior, tanto é que a sigla NIEJ significava Núcleo Integrado de Empresas Juniores, só vindo a ser chamado de Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores a partir do aumento de demandas internas – o que exigiu um papel mais proativo dos alunos que o integrava.

Nesse panorama o NIEJ foi crescendo – chegando, inclusive, a ter cerca de 24 projetos em funcionamento e 700 alunos participantes (uma experiência única no Brasil, dado que nenhuma IES, nem mesmo aquelas com 30/40.000 alunos experimentaram isso).

Fez-se necessária, no entanto, uma redução desse “boom” quantitativo, diminuindo para cerca de 300/400 alunos, o que, ainda, é expressivo, visto que esse montante representa um percentual de 10% do alunado do Cesupa.

2. CESUPA: HISTÓRICO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA EXTENSÃO

Antes do NIEJ já existiam projetos de extensão no Cesupa; inclusive, a IES tinha um sistema de chamadas de projetos (tanto de iniciação científica como de extensão) em que se criavam o edital, os projetos eram submetidos e avaliados por um Comitê e este aprovava o que seria extensão e o que seria iniciação científica.

A grande diferença do NIEJ, quanto à extensão, frente a qualquer outro núcleo é a seguinte: via de regra, abrem-se os editais, os projetos são idealizados, elaborados e assinados por professores e um grupo de 3/4 alunos auxiliam como bolsistas. Já no NIEJ, os alunos idealizam, escrevem, coordenam os projetos e os professores são auxiliares.

3. O QUE É EXTENSÃO ACADÊMICA E QUAL A IMPORTÂNCIA DELA PARA OS SUJEITOS ENVOLVIDOS (DOCENTES, DISCENTES E COMUNIDADE)?

Para ele, a extensão é a própria materialização do ensino, pois representa a prática do que é aprendido em sala de aula, ou seja, permite com que o aluno aplique os conhecimentos adquiridos em sala de aula, favorecendo a memorização e a materialização desse conhecimento, até porque, se isso não for exercitado, além de o conhecimento cair

em desuso e o aluno começar a questionar a veracidade da importância de se estar aprendendo aquele conteúdo, ele (aluno) não se sentirá seguro para utilizar esse conhecimento na vida pessoal e profissional.

Segurança de que o conteúdo aprendido tem utilidade e de que o aluno é capaz de fazer uso desse conhecimento – primeiro elemento.

Outro elemento importante da extensão: toda organização, seja pública ou privada, tem uma função social, e com a IES não é diferente; esta tem o dever de levar conhecimento e desenvolvimento à sociedade, e não possui outro caminho para isso se não pela extensão (ao contrário da iniciação científica, que é um projeto pensado a longo prazo, por exemplo, a extensão é algo imediato, pensado e aplicado a curto prazo, pois as próprias etapas são mais efetivas e eficazes).

A terceira característica essencial, na visão dele, é que a extensão, muito mais do que o ensino e a pesquisa, é a que melhor desenvolve aspectos de habilidades e atitudes.

“Talvez, se a gente pudesse reinventar as IES; se a sociedade estivesse preparada para ser desta forma, em vez de ter a base no ensino – desmembrado em pesquisa e extensão –, preferiria começar pela extensão, para que esta demandasse em ensino e pesquisa.”

4. COMO EX-COORDENADOR DA CODEX, COMO ELE ENXERGA A EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS DE DIREITO NOS PROJETOS DE EXTENSÃO?

O maior engajamento dos alunos de Direito, quanto à extensão no Cesupa, veio por meio do NEJ; em que pese haver outras formas de extensão, a exemplo do NPJ, há que destacar que a participação neste Núcleo é obrigatória (o que, automaticamente, leva à dúvida quanto ao efetivo aprendizado, como um cumpridor de tabela). Inegável é reconhecer a importância disso, mas o aluno não teve a escolha de estar ou não lá, ao contrário do que acontece no NIEJ, em que o aluno está voluntariamente.

Ademais, o próprio curso de Direito possui um pensamento meramente técnico (inclusive, dentro do próprio Cesupa há um grupo de professores altamente resistente à ideia da prática da extensão, por acharem que é uma perda de tempo) – o que não verdade, até pela rotatividade e mutabilidade das regras técnicas que norteiam o Direito, agora, a forma de encarar os problemas, para o aluno que passou pelo NIEJ, é diferente (as

características são diferentes, pois ele adquiriu habilidades e competências diversas dos demais).

5. IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NO EMPREENDEDORISMO JURÍDICO

O empreendedor é aquele que está sempre em busca da inovação, de aproveitar oportunidades, de defender pontos de vista a partir de argumentações inovadoras – e, no direito, muitas vezes a dificuldade em ganhar uma causa está no fato de não se encontrar um argumento inovador (sob o ponto de fortes argumentos); e a inovação vem de se criar peças diferentes, de se buscar argumentações diferentes, de mudanças constantes na legislação, o que necessita de uma constante reciclagem por parte do profissional dessa área do conhecimento.

6. COMPETIÇÕES

Inicialmente, essas competições poderiam ser interpretadas sob três elementos: a) busca por validação interna (no próprio Cesupa, havia – e ainda há, embora em menor medida – uma forte rejeição por parte de alguns professores tendentes a desmotivar a participação dos alunos no Núcleo); b) era importante para esses alunos participarem, no âmbito pessoal e profissional (oratória, argumentação, conhecimento, experiência de vida); c) formação de redes de network.

Chegou-se ao patamar em que tudo isso foi conquistado e, na prática, observou-se que as competições passaram a exigir um esforço excessivo dos alunos que competiam; além dos conflitos de interesse, já que eram muitos os alunos que queriam competir; para mais, percebeu-se que os competidores só estavam adquirindo a competência da oratória (esquecendo os demais).

7. PROJETO DESAFIO CESUPA (2007)

Inspirado no “Desafio Sebrae”, em que alunos universitários eram desafiados a fazer uma imersão no mundo do empreendedorismo e, dentro do NIEJ, achou-se por conveniente antecipar esta temática do empreendedorismo universitário levando para o ensino médio; a ideia sempre foi mostrar que, seja qual fosse a área de atuação, seria primordial a necessidade dessas experiências multidisciplinares (organograma e corpo organizacional qualificado, delimitando as funções de cada um; controle de finanças e de

processos; controle de qualidade, seja porque ele escolheu um curso de humanas, de exatas, de saúde).

8. CONCEITOS DE “APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA” E “INOVAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR”

Aprendizagem significativa é essencial para, novamente, materializar o conhecimento teórico “adquirido” em sala de aula, isto é, a lógica pregada é a seguinte “eu preciso aprender tal conhecimento para, assim, dar conta de resolver outras tantas coisas” – o que quer dizer que eu aprendi aquele conhecimento porque ele é importante pra mim, porque ele tem um significado; ele possui uma aplicabilidade prática, a ser aplicada no agora (teoria da necessidade).

“O aprender a aprender é fundamental”.

O mundo evoluiu em grande medida, mas, o modelo de ensino tradicional pouco evoluiu, logo, falar em inovação no ensino superior é falar em busca por métodos, elementos e estratégias que busquem concretizar o próprio conceito de aprendizagem significativa.

“Eu não digo que a extensão seja o único caminho para se aprender, mas pra mim ele é o melhor”.

A reprodução de um modelo de ensino/aprendizagem dificulta a propagação de outros meios de transmissão do conhecimento (o que vem desde a Grécia/Roma antiga), basta observar o formato das salas de aula, a forma de organização desses lugares.

9. ARGO: PROPOSTA INOVADORA NO CESUPA

A ARGO foi uma aposta no âmbito da extensão do Cesupa que, a grosso modo, representa uma escola de negócios, tecnologia e informação na qual se colocou, num mesmo espaço físico, variadas identidades (pessoas, ideias, valores, sonhos, cursos – Administração, Contabilidade, Publicidade, Engenharia da Computação e de Produção e Ciência da Computação).

Isso vai além; por exemplo, é possível que um aluno de Administração, caso tenha interesse em algumas disciplinas do curso de Engenharia da Computação, possa cursar, gratuitamente, essas matérias, e isso irá para o histórico desse aluno (ou seja, ele será um administrador, porém, com forte viés na área da engenharia da computação).

A ARGO seria, assim, a própria solidificação do slogan “Cesupa, seu caminho do seu jeito”, isso porque o aluno estará personalizando a sua carreira – o que, também, demonstra o seu caráter multidisciplinar. Além disso, objetiva-se o aperfeiçoamento das habilidades e competências.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Eu Rafael Lobato de Mattos e Baulhosa, CPF 302019502-09
 RG 2883770, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos metodológicos atinentes à pesquisa em questão – referente ao Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade Relato de Extensão –, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento para finalidade de pesquisa acadêmica, AUTORIZO, através do presente termo, o aluno VICTOR TAVARES DE SOUZA LOPES, acadêmico do curso de bacharelado em direito, no Centro Universitário do Estado do Pará-CESUPA, responsável pela pesquisa intitulada “EMPREENDEDORISMO JURÍDICO À LUZ DA MULTIDISCIPLINARIEDADE VIVENCIADA POR MEIO DA EXTENSÃO ACADÊMICA”, sob orientação da professora Ma. Rafaela Teixeira Sena Neves, a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Minha participação, então, consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita e/ou a fornecer declarações no tocante à efetiva participação e realização das atividades desenvolvidas pelo aluno no projeto.

Belém, 30 de maio de 2018

Victor T Lopes
 Aluno responsável pela pesquisa

Rafael Lobato
 Sujeito da Pesquisa

APÊNDICE III – Termos de declarações

**TERMO DE DECLARAÇÕES**

Prezados,

Pelo presente termo, eu, FRANSUZE DOS SANTOS OLIVEIRA, coordenadora do NIEJ, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos metodológicos atinentes à pesquisa em questão – referente ao Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade Relato de Extensão –, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu depoimento para finalidade de pesquisa acadêmica, declaro que convivi com VICTOR TAVARES DE SOUZA LOPES pelo período de um anos (2016 a 2017), ocasião em que presenciei atividades por ele desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “Desafio CESUPA”, do NIEJ.

As atividades consistiam em: responsável pela área jurídica (ofícios, contratos); treinamento de oratória para os facilitadores; representação em reuniões com outras áreas acadêmicas; representação do projeto em reuniões com as escola; treinamento das atividades exercidas pelos membros nos dias do módulo; coordenação geral (organização de cargos, reuniões com membros, definição de módulos).

As atividades que o aluno desenvolvia contribuiu para o seu desenvolvimento em diversos aspectos, como trabalho em equipe, liderança, proatividade, responsabilidade, planejamento, organização, criticidade, entre outros. E a sua participação contribuiu bastante para o crescimento do projeto Desafio e conseqüentemente pelo Núcleo de forma geral. Reconhecemos o Victor, como um eterno membro da nossa casa e acreditamos que ele continuará sendo um importante agente de transformação da nossa sociedade.

Por fim, declaro que AUTORIZO a reprodução deste depoimento, para fins acadêmicos, sem qualquer ônus às partes.

Belém, 28 de maio de 2018

Victor T Lopes

Aluno responsável pela pesquisa

Fransuze Oliveira

Fransuze dos Santos Oliveira



TERMO DE DECLARAÇÕES

Prezados,

Pelo presente termo, eu, ISABELLE REJANE ALENCAR DE FREITAS, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos metodológicos atinentes à pesquisa em questão – referente ao Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade Relato de Extensão –, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu depoimento para finalidade de pesquisa acadêmica, declaro que convivi com VICTOR TAVARES DE SOUZA LOPES pelo período de Abril de 2015 a Dezembro de 2016, ocasião em que presenciei atividades por ele desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “Desafio Cesupa”, do NIEJ.

Ele desempenhava as funções de coordenador da área jurídica e da área de treinamento e capacitação dos professores membros do projeto, além de representar o projeto em reuniões.

Ademais, algumas características nele se destacavam; sempre se mostrou extremamente comprometido com o projeto, proativo em gerar resultados, um líder participativo e que sempre ajudou no desenvolvimento de outros membros do projeto, sempre em busca de novos conhecimentos para acrescentar e contribuir com o projeto.

Outrossim, certifico que participar do projeto de extensão Desafio Cesupa, trouxe ao Victor inúmeras experiências e aprendizados que foram importantes para sua formação acadêmica, valiosos para sua carreira jurídica. Por lidar com diversas áreas do conhecimentos e estudantes de outras graduações, ele conheceu várias matérias que contribuirão para sua vida profissional e a construir e gerenciar uma carreira jurídica responsável e bem sucedida.

Por fim, declaro que AUTORIZO a reprodução deste depoimento, para fins acadêmicos, sem qualquer ônus às partes.

Belém, 28 de Maio de 2018.

Victor T. Lopes

Aluno responsável pela pesquisa

Isabelle R. A. de Freitas.

Declarante



TERMO DE DECLARAÇÕES

Prezados,

Pelo presente termo, eu, ANDERSON ALMEIDA DE OLIVEIRA, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos metodológicos atinentes à pesquisa em questão – referente ao Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade Relato de Extensão –, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu depoimento para finalidade de pesquisa acadêmica, declaro que convivi com VICTOR TAVARES DE SOUZA LOPES pelo período de um anos (2016 a 2017), ocasião em que presenciei atividades por ele desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “Desafio CESUPA”, do NIEJ.

As atividades consistiam em: responsável pela área jurídica (ofícios, contratos); treinamento de oratória para os facilitadores; representação em reuniões com outras áreas acadêmicas; representação do projeto em reuniões com as escola; treinamento das atividades exercidas pelos membros nos dias do módulo; coordenação geral (organização de cargos, reuniões com membros, definição de módulos).

Ademais, algumas características nele se destacavam: liderança, responsabilidade, proatividade, comprometimento, empenho, busca de conhecimento sobre as atividades realizadas no projeto e imparcialidade de julgamento em situações adversas.

Outrossim, certifico que considero importantes para o desenvolvimento acadêmico e profissional as atividades realizadas e conhecimentos adquiridos durante o período citado, também no tocante à temática da pesquisa.

Por fim, declaro que AUTORIZO a reprodução deste depoimento, para fins acadêmicos, sem qualquer ônus às partes.

Belém, 30 de Maio de 2018

Victor T. Lopes

Aluno responsável pela pesquisa

Anderson A. de Oliveira

Declarante



TERMO DE DECLARAÇÕES

Prezados,

Pelo presente termo, eu, VICTOR GIORDAN LOBATO DA SILVA, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos metodológicos atinentes à pesquisa em questão – referente ao Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade Relato de Extensão –, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu depoimento para finalidade de pesquisa acadêmica, declaro que convivi com VICTOR TAVARES DE SOUZA LOPES pelo período de dois anos (2015 a 2017), ocasião em que presenciei atividades por ele desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “Desafio CESUPA”, do NIEJ.

As atividades consistiam em: responsável pela área jurídica (ofícios, contratos); treinamento e avaliação de facilitadores; representação em reuniões com outras áreas acadêmicas; coordenação geral (organização de cargos, reuniões com membros, definição de módulos).

Ademais, algumas características nele se destacavam: liderança, responsabilidade, proatividade, busca de conhecimento sobre as atividades realizadas no projeto e imparcialidade de julgamento em situações adversas.

Outrossim, certifico que considero importantes para o desenvolvimento acadêmico e profissional as atividades realizadas e conhecimentos adquiridos durante o período citado, também no tocante à temática da pesquisa.

Por fim, declaro que AUTORIZO a reprodução deste depoimento, para fins acadêmicos, sem qualquer ônus às partes.

Belém, 25 de maio de 2018

Victor T. Lopes

Aluno responsável pela pesquisa

Victor Giordan L. da Silva

Declarante



TERMO DE DECLARAÇÕES

Prezados,

Pelo presente termo, eu, LILIANE PANTOJA DOS SANTOS, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos metodológicos atinentes à pesquisa em questão – referente ao Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade Relato de Extensão –, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu depoimento para finalidade de pesquisa acadêmica, declaro que convivi com VICTOR TAVARES DE SOUZA LOPES pelo período 2015 à 2017, ocasião em que presenciei atividades por ele desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “Desafio Cesupa”, do NIEJ.

As atividades consistiam em orientar, organizar, planejar, produzir e coordenar a equipe do projeto, em virtude da realização de módulos com alunos do ensino médio.

Ademais, algumas características nele se destacavam, tais como liderança, responsabilidade, organização, mediação de pequenos conflitos e esforço em aprender sobre coisas que não eram de seu conhecimento prévio.

Outrossim, certifico, que seu desempenho e atuação no projeto foi de fundamental importância para a realização dos módulos em questão.

Por fim, declaro que AUTORIZO a reprodução deste depoimento, para fins acadêmicos, sem qualquer ônus às partes.

Belém, 01 de junho de 2018

Victor T. Lopes

Aluno responsável pela pesquisa

Liliane Pantoja dos Santos

Declarante



TERMO DE DECLARAÇÕES

Prezados,

Pelo presente termo, eu, RHANNA MELISSA NUNES AGUIAR, atual coordenadora do projeto “Desafio CESUPA”, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos metodológicos atinentes à pesquisa em questão – referente ao Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade Relato de Extensão –, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu depoimento para finalidade de pesquisa acadêmica, declaro que convivi com VICTOR TAVARES DE SOUZA LOPES pelo período de um ano (2016 a 2017), ocasião em que presenciei atividades por ele desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “Desafio CESUPA”, do NIEJ.

As atividades consistiam em: responsável pela área jurídica (ofícios, contratos); treinamento e avaliação de facilitadores; representação em reuniões com outras áreas acadêmicas; coordenação geral (organização de cargos, reuniões com membros, definição de módulos).

Ademais, algumas características nele se destacavam: liderança, dedicação, responsabilidade, trabalho em equipe, atento às mudanças que o projeto passou e cauteloso.

Outrossim, certifico que considero importantes para o desenvolvimento acadêmico e profissional as atividades realizadas e conhecimentos adquiridos durante o período citado, também no tocante à temática da pesquisa.

Por fim, declaro que AUTORIZO a reprodução deste depoimento, para fins acadêmicos, sem qualquer ônus às partes.

Belém, 2 de maio de 2018

Victor T Lopes

Aluno responsável pela pesquisa

Rhanna Melissa

Declarante